

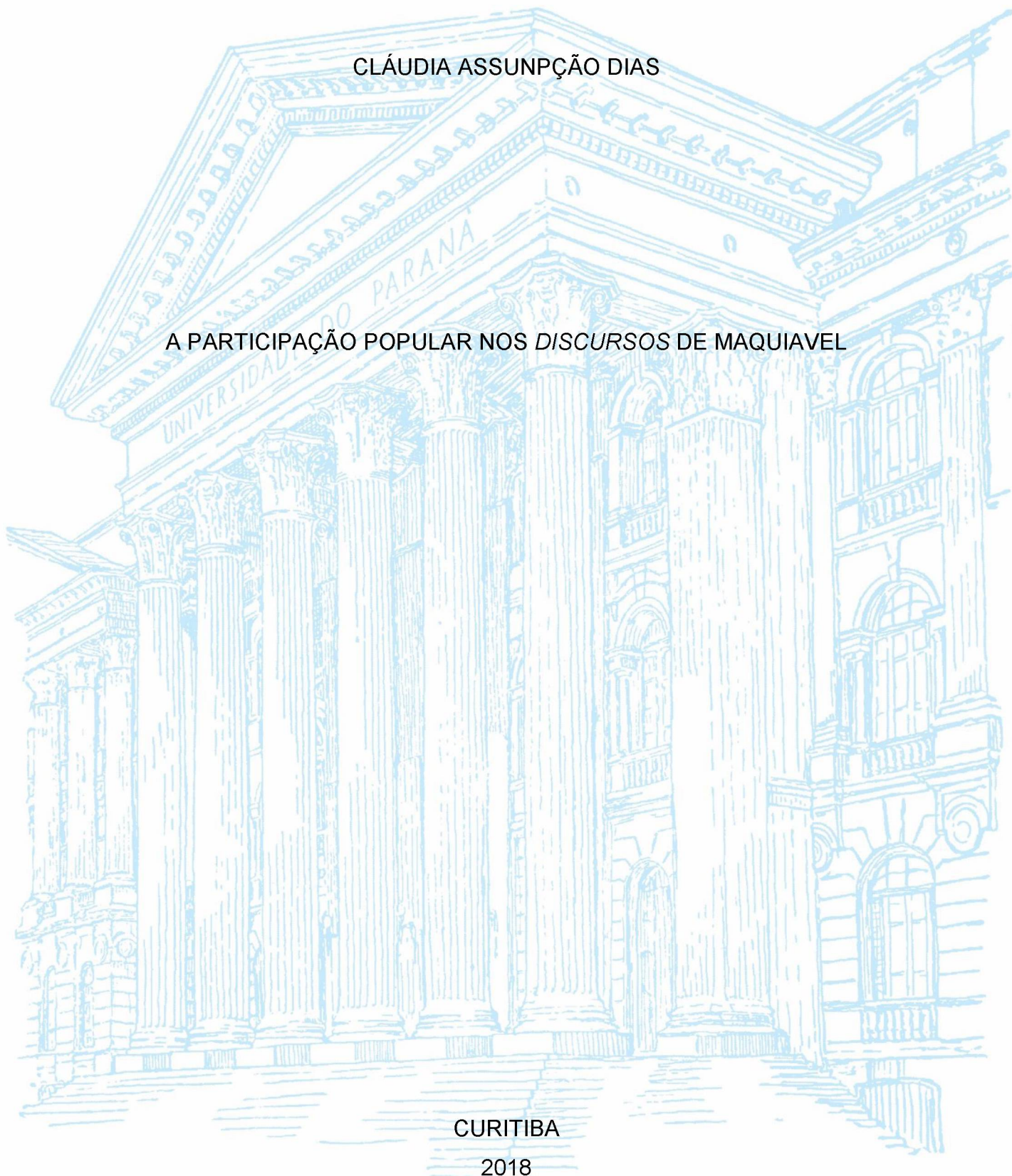
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLÁUDIA ASSUNPÇÃO DIAS

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS *DISCURSOS* DE MAQUIAVEL

CURITIBA

2018



CLAUDIA ASSUNPÇÃO DIAS

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS *DISCURSOS* DE MAQUIAVEL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Edmilson Paschoal

Coorientador(a): Prof(a). Dr(a). Maria Isabel Limongi

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Dias, Claudia Assunção

A participação popular nos *Discursos* de Maquiavel. / Claudia Assunção Dias. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Antônio Edmilson Paschoal

1. Machiavelli, Niccolo, 1469 - 1527. 2. Republicanismo. 3. Participação popular. 4. Ciência política – Filosofia. I. Título.

CDD – 320.01

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado da aluna CLAUDIA ASSUNÇÃO DIAS, intitulada: PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS *DISCURSOS DE MAQUIAVEL*, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de PósGraduação.

Integrantes da Banca Examinadora	Notas
Antonio Edmilson Paschoal Presidente da Banca Examinadora (UFPR)	10.0
José Luiz Ames Avaliador Externo (UNIOESTE) Vídeoconferência	10.0
Maria Isabel Limongi Avaliador Interno (UFPR)	10.0
Rodrigo Brandão Avaliador Interno (UFPR)	10.0
Média Final	10.0
Conceito	A

Os examinadores atribuem nota em escala de zero a 10 (dez), sendo considerado aprovado o mestrando que obtiver como nota final, a média aritmética superior a 7 (sete).

No parecer emitido por ocasião da defesa, constará a nota e o critério: **CONCEITO**.

Os examinadores devem registrar no corpo da dissertação/tese as correções sugeridas.

ANTONIO EDMILSON PASCHOAL(UFPR)
Presidente da Banca Examinadora

JOSÉ LUIZ AMES
Avaliador Externo (UNIOESTE)
Vídeoconferência

RODRIGO BRANDÃO
Avaliador Interno (UFPR)

MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI
Avaliador Interno (UFPR)

§ 1º - Será considerado aprovado o aluno que lograr os conceitos A, B ou C.

A = Excelente = 9,0 a 10,0

B = Bom = 8,0 a 8,9

C = Regular = 7,0 a 7,9

D = Insuficiente = zero a 6,9





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PGFILOS

ATA Nº 191/2000/2018 DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA No dia oito de Fevereiro de dois mil e dezoito às 10:00 horas, na sala 603, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia - UFPR. R. Dr. Faivre, 405, 6º andar, Ed. D. Pedro II, do Setor de CH da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrado da aluna **CLAUDIA ASSUNÇÃO DIAS** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada: **"Participação popular nos Discursos de Maquiavel"**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de PósGraduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ANTONIO EDMILSON PASCHOAL - UFPR, JOSÉ LUIZ AMES (participação via videoconferência) - UNIOESTE, RODRIGO BRANDÃO - UFPR, MARIA ISABEL LIMONGI - UFPR. Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO da aluna. A Mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de PósGraduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ANTONIO EDMILSON PASCHOAL, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações:

Curitiba, 08 de Fevereiro de 2018.

ANTONIO EDMILSON PASCHOAL(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

JOSÉ LUIZ AMES
Avaliador Externo (UNIOESTE)
Videoconferência

RODRIGO BRANDÃO
Avaliador Interno (UFPR)

MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI
Avaliador Interno (UFPR)



AGRADECIMENTOS

Ao professor Antonio Edmilson Paschoal, pelo acompanhamento nestes dois anos de trabalho e, principalmente, por ter permitido que eu fosse mais audaciosa que prudente.

À professora Maria Isabel Limongi, por todas as orientações cuidadosas, pelas sugestões e, sobretudo, por ter me apresentado de maneira magistral o pensador e a linha de pesquisa com os quais pretendo conversar durante um bom tempo.

Ao professor José Ames, pelas considerações e sugestões valiosíssimas no Exame de Qualificação deste trabalho, pela generosidade em me enviar textos de diversos comentadores, textos de sua autoria e traduções; também por aceitar o convite para a banca de defesa.

Ao professor Rodrigo Brandão, por aceitar participar da banca, mas também por suas excelentes aulas na disciplina Seminários de Pesquisa II.

Ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR.

À Marianne Nigro, pela gentileza e prontidão nas resoluções de questões burocráticas.

À CAPES, por financiar com bolsa todo o período do Mestrado.

Às minhas colegas e aos meus colegas que, de alguma forma, dialogaram comigo sobre este trabalho.

À Malú, pelos sábios e espirituosos conselhos.

À Diana, pela genuína amizade desde sempre.

À Chiara, *sorella mia*, pela afetuosa amizade e pela inspiração.

À Evelin, parceira de inquietações, tragos e goles.

À minha mamãe e ao meu papai, Maria Antonia e Ivo, por me fazerem a cada dia experimentar o que se pode chamar de amor incondicional. À minha irmã Adelma e ao Claudiney, pelo incentivo, pelos cuidados e, principalmente, por me proporcionarem sobrinhos fabulosos.

Ao Vilmar, companheiro para toda a vida, sobretudo nas minhas alegrias e crises, filosóficas ou não.

Se o povo não se interessar por política, alguém se interessa. E quanto menos o povo participa, mais alguém participa por ele. Estamos tentando chamar o povo a participar da vida política deste país. O povo tem que votar, cobrar, exigir, xingar, fazer protestos, passeatas, manifestações. É a única forma de fazer a classe política entender o povo.

(Luiz Inácio Lula da Silva, 1989)

RESUMO

Esta dissertação problematiza o tema da participação popular a partir do republicanismo de Maquiavel, pautando-se, mais especificamente, em sua obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Ao analisar a história da república romana, o florentino reconheceu nela o seu paradigma republicano. Do modelo romano retirou e descreveu fatos históricos — os tumultos entre a plebe e os nobres — que corroboraram sua conhecida tese de que toda cidade é permeada por um conflito irreconciliável resultante da “desunião” entre dois *umori* diversos: o dos grandes, caracterizado pela dominação, e o do povo, pela não dominação. Do confronto entre os querem dominar e os que não querem ser dominados, nascem, então, todas as leis em favor da liberdade num ordenamento político. Nosso objetivo central é o de analisar como o povo conquista um espaço de participação política no governo de uma cidade, tomando como exemplo o modelo republicano romano. Ainda que o *umore* do povo se traduza em desejo negativo de não dominação, propomos defender a presença de uma *participação popular ativa* no republicanismo de Maquiavel. No primeiro capítulo, assumimos como pressuposto a assertiva maquiaveliana de que a consolidação da constituição da república romana se deu no fluxo dos acontecimentos e não no momento da fundação — diferentemente do caso das repúblicas de Veneza e de Esparta. Buscamos investigar, então, se a reivindicação do povo romano por participação política — por meio de tumultos — teria fornecido à República Romana um ordenamento republicano numa perspectiva diversa daquele da tipologia clássica da combinação das formas de governo. No segundo capítulo, apresentamos uma análise de como o *umore* negativo do povo (o desejo de não ser dominado) pode se manifestar na cena pública sob a forma de participação política ativa. Apontamos também uma especificação sobre as diversas facetas contidas na noção maquiaveliana de povo, notadamente aquela sobre o princípio ativo do *umore* popular, ou seja, sobre a atuação do desejo negativo no espaço político da república. E no terceiro capítulo, propusemo-nos a analisar as atividades do povo atestadas pelo exemplo republicano romano enquanto modo de *participação popular*, em que o termo “participação” é considerado em seu sentido estrito, qual seja o de designar situações em que o cidadão contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Por fim, buscamos apresentar duas modalidades de participação popular no republicanismo maquiaveliano: a extrainstitucional (participar a fim de pressionar a produção de novas leis que impeçam a total dominação do povo pelos grandes) e a intrainstitucional (participar recorrendo às leis e instituições em vista de resistir aos grandes também por meio dos espaços institucionalizados).

Palavras-chave: Maquiavel, Republicanismo, Povo, Conflito, Participação popular.

ABSTRACT

This dissertation problematizes the theme of the popular participation in Machiavelli's republicanism, with specific regard to his work *Discourses on the first decade of Livy*. In analyzing the history of the Roman Republic, the thinker recognized in it its republican paradigm. From the Roman model he collected and described historical facts — the tumults between plebeians and nobles (the “great ones”) — that corroborated his well-known thesis that every city is pervaded by an irreconcilable conflict resulting from the “disunity” between two different *umori*: that of the great ones, characterized by domination, and that of the people, by nondomination. From the confrontation between those who want to dominate and those who do not want to be dominated, all the pro-freedom laws are engendered within a political order. Our main objective is to analyze how people conquer political participation in the government of a city, taking as an example the Roman republican model. Although the *umore* of the people expresses itself in a negative desire for nondomination, we propose to defend the presence of an *active popular participation* in Machiavelli's republicanism. In the first chapter, we take as an assumption the Machiavellian claim that the consolidation of the Roman Republic constitution occurred in the course of historical events and not at the moment of its foundation - differently from the case of the republics of Venice and Sparta. Thereupon we have investigated whether the Roman people's claim for political participation — by means of tumults — would have provided the Roman republic with some republican order in a different perspective from that of the classical typology of the combination of forms of government. In the second chapter, we present an analysis of how negative *umore* of the people (the desire not to be dominated) can manifest itself in the public scene in the form of active political participation. We have also pointed out one specific (out of several) aspects contained in the Machiavellian notion of people, notably the one about the active principle of popular *umore*, that is, the activity of negative desire upon the political space of the republic. And in the third chapter we propose an analysis of the activities of the people attested by the Roman model of republic as a form of popular participation, where the term “participation” is taken in its strict sense, that is, for designating situations in which the citizen contributes directly or indirectly for a political decision. Finally, we have presented two modalities of popular participation in Machiavellian republicanism: the extrainstitutional one (that is, to participate in order to press the making of new laws that prevent from the total domination of the people by the great ones) and the intrainstitutional one (to participate by using laws and institutions for resistance against the great ones also by means of the institutionalized spaces).

Keywords: Machiavelli, Republicanism, People, Conflict, Popular Participation.

RIASSUNTO

Il presente lavoro problematizza il tema della partecipazione popolare nel repubblicanesimo di Machiavelli, con specifico riferimento alla sua opera *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Analizzando la storia della repubblica romana, il fiorentino riconobbe in lei il suo paradigma repubblicano. Dal modello romano rimosse e descrisse fatti storici – i tumulti tra la plebe e i nobili – che corroborarono con la sua ben nota tesi secondo cui ogni città è permeata da un conflitto inconciliabile derivante dalla "disunione" tra due diversi umori: dei grandi, caratterizzato dal desiderio di dominazione; e del popolo, dal non dominio. Dallo scontro tra coloro che vogliono dominare e quelli che non vogliono essere dominati nascono, quindi, tutte le leggi a favore della libertà in un ordine politico. Il nostro obiettivo principale è analizzare come il popolo conquista uno spazio di partecipazione politica nel governo di una città, prendendo ad esempio il modello repubblicano romano. Sebbene l'umore del popolo si traduca in un desiderio negativo di non dominio, noi proponiamo di difendere la presenza di un'attiva partecipazione popolare al repubblicanesimo di Machiavelli. Nel primo capitolo, assumiamo come presupposto l'affermazione machiavelliana secondo cui il consolidamento della costituzione della repubblica romana avveniva nel flusso degli eventi e non al momento della sua fondazione, diversamente dal caso delle repubbliche di Venezia e Sparta. Abbiamo cercato di indagare, quindi, se la rivendicazione del popolo romano per partecipazione politica – per mezzo dei tumulti – avrebbe fornito alla repubblica romana un ordine repubblicano in una prospettiva diversa da quella della tipologia classica della combinazione delle forme di governo. Nel secondo capitolo, presentiamo un'analisi di come l'umore negativo del popolo (il desiderio di non essere dominato) può manifestarsi nella scena pubblica in quanto una partecipazione politica attiva. Indichiamo anche una specificazione delle varie faccette che la natura della nozione di popolo comporta, in particolare quella sul principio attivo dell'umore popolare, cioè sull'attuazione del desiderio negativo nello spazio politico di una repubblica. E, nel terzo capitolo, abbiamo proposto di analizzare le attività del popolo attestate dall'esempio repubblicano romano come una modalità di partecipazione popolare, in cui il termine partecipazione è considerato in senso stretto, cioè per definire situazioni in cui il cittadino contribuisce direttamente o indirettamente per una decisione politica. Infine, cerchiamo di presentare due modalità di partecipazione popolare nel repubblicanesimo machiavelliano: l'extra-istituzionale – partecipare al senso di fare pressione sulle istituzioni esistenti per produrre nuove leggi che impediscono il dominio totale del popolo da parte dei grandi, e l'intra-istituzionale – partecipare servendosi delle leggi e delle istituzioni per resistere ai grandi, anche per mezzo degli spazi istituzionalizzati.

Parole-chiave: Machiavelli, Repubblicanesimo, Popolo, Conflitto, Partecipazione popolare.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO I.....	18
AS CONDIÇÕES INICIAIS DA AÇÃO POLÍTICA NO ORDENAMENTO REPUBLICANO: A GÊNESE DO GOVERNO POPULAR	18
1. A HISTÓRIA E AS REPÚBLICAS PARADIGMÁTICAS	20
1.1 O princípio republicano de Veneza.....	22
1.2 O princípio republicano de Esparta.....	25
1.3 O princípio republicano de Roma	31
2. A GUARDA DA LIBERDADE REPUBLICANA.....	36
3. ESPARTA E ROMA: O PARADIGMA CLÁSSICO E O MAQUIAVELIANO	39
4. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO POVO NO PARADIGMA REPUBLICANO DE MAQUIAVEL	45
CAPÍTULO II	48
O POVO SOB O PRISMA DO CONFLITO.....	48
1. SOBRE A DIVISÃO CIVIL E SUAS INTERPRETAÇÕES: A CONTRIBUIÇÃO DE SÉRGIO CARDOSO	49
2. O DESEJO POPULAR COMO PORTADOR DE DIREITOS UNIVERSAIS.....	57
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE POVO NO REPUBLICANISMO DE MAQUIAVEL: A CONTRIBUIÇÃO DE AMES.....	60
4. O POVO: PASSIVO OU ATIVO?	64
CAPÍTULO III	71
A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS <i>DISCURSOS</i>	71
1. O POVO E AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ROMANAS	74
1.1 A criação dos tribunos.....	77
1.2 A criação do decenvirato.....	83
2. UM DUPLO MOVIMENTO ENTRE PARTICIPAÇÃO EXTRAINSTITUCIONAL E INTRA-INSTITUCIONAL	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Maquiavel, em seu célebre *O Príncipe*, sublinha que o povo possui um papel político que precisa ser levado em conta na constituição de um ordenamento político, o principado¹. O pensador indica também que é do confronto do humor do povo (de não querer ser dominado) com o dos grandes (de dominar e oprimir o povo) que nasce um ordenamento político, seja ele um principado, seja uma república². Sobre esta última, o florentino dedicou quase que integralmente uma outra obra sua, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*³ (doravante, *Discursos* ou *Discorsi*), na qual podemos encontrar uma infinidade de relatos e de posicionamentos sobre a importância da participação⁴ política do povo na constituição do ordenamento político romano. Assim, presumimos que a ideia de o povo participar ativamente da administração pública não possuiria tanto eco em *O Príncipe* quanto nos escritos maquiavelianos sobre a república.

As questões que nortearão este trabalho podem ser assim formuladas: Maquiavel teria descrito em sua obra *Discursos* um espaço de participação política do povo na administração pública a partir do exemplo do modelo

¹ Uma das recomendações de Maquiavel para que os monarcas assegurassem seus reinos era a de que eles governassem ao lado do povo, pois “é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio nas adversidades” (MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, IX p. 47).

² Idem, p. 45.

³ Optamos por citar esta obra a partir da tradução portuguesa: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Nas referências a esta obra utilizaremos, deste ponto em diante, o seguinte formato: *Discursos*, número do livro (em algarismos romanos), do capítulo e da paginação (em arábico).

⁴ Até onde pudemos constatar, Maquiavel não usa o termo participação (*partecipazione*). Em vez disso, no quarto capítulo dos *Discursos*, Maquiavel afirma que a criação dos tribunos concedeu a *parte* que cabia ao povo na administração pública. No quinto capítulo da obra citada, o pensador florentino comenta que na república de Esparta, pelo fato de a guarda da liberdade estar nas mãos dos nobres, estes tinham mais parte (*più parte*) na república. Nessa última passagem, o termo *più parte* foi traduzido pelos tradutores da Editora Martins Fontes por “mais participação”. Cf. MACHIAVELLI, N. *Discorsi*, Libro I, cap. 4, p. 18 e cap. 5, p. 19. MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Livro I, cap. 4, p. 23 e cap. 5, p. 24.

republicano romano? Se o humor do povo se traduz no desejo negativo de não ser dominado pelos grandes, como poderíamos pensar uma *participação popular ativa* no republicanismo maquiaveliano?

Frente a estes elementos conceituais, a problemática de nossa pesquisa e o seu ensejo consistem em investigar uma possível noção de *participação popular* na teoria política republicana de Maquiavel - especificamente no primeiro livro dos *Discursos* - no sentido de analisar em que medida a participação política do povo⁵ na cena pública contribui para barrar ou oferecer resistência ao desejo de dominação dos grandes. Desta relação de forças entre as duas partes sociais da cidade resultaria, então, uma república potente e, em certa medida, popular, como teria sido o modelo republicano romano.

Desse modo, convém-nos perguntar também: de que maneira o povo teria começado a participar das decisões políticas na república romana de acordo com a descrição de Maquiavel nos *Discursos*? Ou seja, teria sido destinada ao povo romano uma parte do governo da cidade no momento da sua fundação? Ou o povo precisou reivindicar este espaço de participação política ao longo da constituição da república? Quanto a esta última questão, é importante adiantar que Maquiavel afirma que a consolidação da constituição da república romana se deu no fluxo dos acontecimentos e não no momento da fundação – diferentemente do caso das repúblicas de Veneza e de Esparta. Poderíamos

⁵ Compreendemos que para Maquiavel o termo povo possui o mesmo significado do de plebe, e, neste caso, o povo ou plebe romano era composto por cidadãos que não eram descendentes da classe patrícia. Consideremos que, porém, na república romana nem todos os habitantes eram considerados cidadãos, como as mulheres, os escravos e determinados residentes estrangeiros (Cf. MCCORMICK, J. P. *Democracia Maquiaveliana*, p. 249). Jean-Claude Zancarini, por exemplo, observa que em Maquiavel os termos plebe e povo são equivalentes: “Machiavel emploie indifféremment l'un ou l'autre [plèbe ou peuple], sans introduire une seule nuance entre l'un et l'autre”. Além disso, o florentino também usa os termos “senado” e “nobres” como para se referir aos grandes, ou seja, estes três termos também são equivalentes, assim, compreende Zancarini quando expõe a teoria maquiaveliana dos humores, “Tant que cette thèse est exprimée en ces termes, il n'y a pas de différence de sens conceptuel entre « peuple » et « plèbe », qui sont définis en opposition avec l'autre « humeur » de la cité, les « grands » ou les « nobles » ou « le Sénat »” (ZANCARINI, C-J. *Les humeurs du corps politique. Le peuple et la plèbe chez Machiavel*, p. 25).

investigar, então, se a reivindicação do povo romano por participação política – por meio de tumultos – teria fornecido à república romana um ordenamento republicano numa perspectiva diversa daquele da tipologia clássica da combinação das formas de governo.

Para analisar essas questões, optamos por dividir nosso trabalho em três capítulos.

No primeiro, intitulado “As condições iniciais da ação política no ordenamento republicano: a gênese do governo popular”, temos como propósito apresentar uma análise da descrição das causas históricas (concretas) do ordenamento republicano a partir do exemplo das cidades de Veneza, Esparta e Roma. Buscamos destacar que os ordenamentos republicanos das duas primeiras cidades são bastante semelhantes, mas essencialmente diferentes do ordenamento da última, especialmente no que tange à instituição da parte do governo popular na constituição de uma república. Mais que isso, estamos inclinados a pensar que a origem do governo popular – no exemplo romano – alteraria o estatuto da participação política do povo nos assuntos públicos. Em Roma, segundo Maquiavel, uma parte do governo não teria sido distribuído ao povo pelos seus primeiros legisladores, como ocorreu no caso de Esparta. Ou seja, Roma teria se tornado uma república a partir do momento em que “o povo sublevou-se contra a nobreza” e exigiu sua parte no governo da cidade. Ainda neste primeiro capítulo, buscamos expor que a origem conflitiva do governo popular - atestado no modelo romano - possibilita pensar a ação política do povo de um modo diferente em relação àquele do modelo clássico - como no espartano -, isto é, enquanto reivindicação de um espaço de participação política que obriga os grandes a reconhecer os direitos políticos do povo.

No nosso segundo capítulo, intitulado “O povo sob o prisma do conflito”, investigamos a questão sobre como o humor negativo do povo (desejo de não ser dominado) poderia se manifestar na cena pública enquanto participação

política ativa. Maquiavel, no capítulo 4 dos *Discursos*, adverte: “direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma”⁶. Mais adiante, se analisarmos as palavras do florentino, não descartaríamos a existência de uma participação política do povo na produção das leis de uma república, dado que aqueles que condenam os tumultos, ressalta Maquiavel, “não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles”⁷. Refletimos, então, que a liberdade à qual se refere Maquiavel é sinônimo de república; e as leis que se fazem em favor de tal república só seriam criadas se o elemento popular negativo também estivesse em ação. Neste horizonte, é questão crucial uma especificação sobre as diversas facetas que a natureza da noção de povo engendra, notadamente aquela sobre o princípio ativo do humor popular, ou seja, sobre a atuação do desejo negativo no espaço político da república. E é justamente pela tentativa de discutirmos aspectos específicos destas facetas que apresentamos uma espécie de reconstrução do recente debate travado em torno do assunto, sobretudo, por comentadores nacionais como Sérgio Cardoso, José L. Ames e Helton Adverse. Estes pesquisadores apresentam variadas interpretações sobre as atividades do povo no republicanismo maquiaveliano, leituras que, ao dialogarem, não deixam de divergir sobre certos aspectos da noção de povo e, por conseguinte, do que viria a ser participação popular nos *Discursos*.

Por fim, no terceiro e último capítulo, intitulado “*A participação popular nos Discursos*”, buscamos nos posicionar frente ao debate descrito no segundo capítulo. Para este posicionamento, consideramos antes como questão inevitável aquela que indaga sobre como um conceito político tão carregado de

⁶ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, cap. 4, p. 22.

⁷ *Ibidem*.

contemporaneidade como o de *participação popular* poderia ser pensado a partir da obra de um pensador do Renascimento. Propusemos, então, analisar as atividades do povo, atestadas no exemplo republicano romano, enquanto um modo de *participação popular*, em que o termo participação é considerado em seu sentido estrito, qual seja, de definir situações em que o cidadão contribui direta ou indiretamente para uma decisão política.

Em vista dessa nossa leitura, ainda no terceiro capítulo, *descrevemos* detidamente alguns exemplos de ações políticas do povo encontradas em Tito Lívio e que Maquiavel considera no lastro de seu paradigma republicano. A partir disso, analisamos se tais ações poderiam ser pensadas e circunscritas sob uma ideia de *participação popular*. Para além disso - enquanto ponto definidor e crucial de nossa hipótese de pesquisa - investigamos se as reivindicações populares que levaram à institucionalização do governo popular na república romana poderiam ser consideradas sob a ótica do que denominamos *participação popular extrainstitucional* (anterior à institucionalização do governo popular). Para tanto, partimos do pressuposto de que somente após estas reivindicações populares é que foram criadas leis para institucionalizar a participação política do povo na administração da república. E, se é assim, nossa suspeita se completaria na medida em que, com a criação da lei dos tribunos, por exemplo, teríamos a possibilidade de pensarmos uma outra forma de participação política do povo, a saber, a de *uma participação popular intrainstitucional*.

Os três capítulos assim divididos em suas respectivas tarefas de investigação permitirão pensar o cerne de nossa questão: no primeiro, buscamos analisar a participação política do povo enquanto reivindicação da institucionalização do governo popular na república; no segundo, nossa análise da teoria maquiaveliana dos humores busca pensar a participação do povo sob

o prisma do conflito, isto é, levando-se em conta a atuação do desejo popular nos tumultos e, mais adiante, na ordenação das leis; e, no terceiro, ensejamos examinar em que medida a descrição de Maquiavel das ações políticas do povo romano possibilitaria pensar a participação popular em seu republicanismo, especificamente com base em sua obra *Discursos*.

CAPÍTULO I

AS CONDIÇÕES INICIAIS DA AÇÃO POLÍTICA NO ORDENAMENTO REPUBLICANO: A GÊNESE DO GOVERNO POPULAR

A obra *Discursos sobre a primeira década de Títo Lívio*, de Maquiavel, é considerada um tratado⁸ geral sobre as repúblicas. Porém, não encontramos nesta obra uma definição sistemática do que de fato consistiria, para o filósofo, um regime republicano. Do mesmo modo, não evidenciamos nesta obra um registro textual do autor em que ele tenha se declarado um republicano. No entanto, nas descrições sobre as ordenações e o funcionamento de algumas repúblicas, Maquiavel não deixa de manifestar suas convicções republicanas. E esse é um dos grandes motivos pelos quais a obra *Discursos* tem sido largamente interpretada no interior de uma tradição política republicana⁹, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

No primeiro livro da obra, percebemos que o secretário florentino tem como preocupação central analisar as condições que regem as ações políticas antes mesmo da fundação de uma república, já que os efeitos dessas ações, em determinada época e lugar, acabaram por definir as especificidades das ordenações político-jurídicas escolhidas pelos primeiros fundadores ou legisladores. Tais condições não se circunscrevem apenas ao campo político, mas se estendem às esferas geográfica, econômica, assim como à social e à

⁸ Segundo José Antonio Martins, seria possível afirmar com certa segurança que nos dezoito primeiros capítulos do Livro I dos *Discursos* Maquiavel apresenta as suas teses centrais de sua teoria republicana. Com base nisso, afirma Martins, comentadores como Paul Larivaille denominaram este bloco textual (os primeiros dezoito capítulos) de o *Pequeno Tratado sobre as Repúblicas* (Cf. MARTINS, J. A. *Os fundamentos da república e sua corrupção Discursos de Maquiavel*, p. 12).

⁹ Os principais expoentes das interpretações republicanas de Maquiavel são: Quentin Skinner, J. G. A. Pocock, Claude Lefort, Federico Chabod, Genaro Sasso e, no Brasil, Newton Bignotto. Quanto a isso, Adverse ressalta que “não havendo incompatibilidade absoluta entre essas interpretações [dos autores citados], o que as separa é, sobretudo, a metodologia que utilizam e a tradição filosófica a que estão filiados” (ADVERSE, H. *Matriz italiana*, p. 122).

militar. Nesse sentido, Maquiavel discorre sobre as condições iniciais das ações políticas que levaram três cidades, quais sejam, Veneza, Esparta e Roma, a ordenarem-se repúblicas.

O presente capítulo pretende expor alguns aspectos do pensamento político de Maquiavel em vista de problematizar o surgimento do governo popular no ordenamento republicano das cidades de Veneza, de Esparta e de Roma. Nos capítulos iniciais (Livro I) dos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*¹⁰, o florentino empreende uma descrição das condições concretas das ações políticas que confluíram no ordenamento das repúblicas citadas. Apresentaremos, então, uma breve análise das condições geográficas, demográficas e militares das cidades citadas para, em seguida, adentrarmos nas condições políticas propriamente ditas, que influenciaram a forma constitucional do ordenamento republicano de Veneza, de Esparta e de Roma. Isso nos permitirá perceber que, no caso das duas primeiras repúblicas, de acordo com os comentários de Maquiavel, constatamos um modelo republicano em que o governo é distribuído de acordo com a tipologia clássica das formas constitucionais de governo na perspectiva de um governo misto. E, por conta disso, pretendemos mostrar que a descrição apresentada por Maquiavel do ordenamento republicano da terceira cidade (Roma), em certa medida, opera um significativo deslocamento em relação às descrições de Veneza e Esparta.

Roma, segundo Maquiavel, recebeu leis ao acaso e em várias vezes de acordo com os acontecimentos, assim como teve um primeiro legislador que lhe deu algumas leis e instituiu um senado. Se pensarmos a descrição de Maquiavel da constituição republicana romana a partir da tipologia clássica, poderíamos afirmar que estaria faltando a distribuição de uma parte ao povo, isto é, para que se constituísse o governo popular. E, diante disso, entendemos ser lícito indagar: como poderíamos pensar as formas de governo na república romana a partir de

¹⁰ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, caps. 1-6, pp. 7-32.

uma distribuição equilibrada do governo entre as partes sociais se a sua constituição não foi consolidada de uma só vez, mas no fluxo dos acontecimentos, principalmente no caso do governo popular? Mais que isso: poderíamos pensar qual seria a diferença de um republicanismo no qual à instituição da parte do governo popular é distribuída a um povo passivo (Veneza e Esparta) em relação a outro, em que esta parte é reivindicada por uma plebe ativa (Roma)?

Frente à estas questões, o objetivo deste primeiro capítulo é o de investigar algumas das principais condições das ações políticas das repúblicas de Veneza, Esparta e Roma descritas por Maquiavel nos *Discursos*, a fim de analisar: a) as condições que propiciaram dois tipos de ordenamento republicano, de um lado, uma ordenação que conduziu à estabilidade, de outro, a que conduziu à expansão (grandeza, potência); b) as causas histórico-políticas da instituição do governo popular na república romana e, por último, c) a relação entre potência, liberdade e conflito na origem do governo popular.

1. A HISTÓRIA E AS REPÚBLICAS PARADIGMÁTICAS

No proêmio dos *Discursos*¹¹, Maquiavel constata que as homenagens prestadas à antiguidade são muito mais efetivas no âmbito estético do que no político. Nesse sentido, seria comum ao seu tempo pagar cifras altíssimas por uma obra de arte antiga em vista de reproduzir o seu modelo. Porém, no campo político, os feitos empreendidos por reinos e repúblicas antigas pelas mãos de reis, príncipes, comandantes, cidadãos e legisladores evidenciados na história seriam bastantes admirados, mas não imitados. A partir desse diagnóstico do pensador, é possível assimilarmos que a crítica do secretário florentino antecipa, em certo modo, o seu propósito de utilizar a história como um norte para suas

¹¹ Cf. Idem, Proêmio; I, 6.

reflexões políticas. Isso principalmente porque Maquiavel estaria convencido de que os homens reproduzem seus desejos e sua maneira de agir ao longo da história e, sendo assim, ele, enquanto observador das “coisas humanas”, poderia valer-se da referida história para encontrar “soluções” para o presente.

Maquiavel exalta a finalidade prática da história no sentido de retirar dela as regras gerais da ação política, assim como defende que na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação da milícia, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, tanto num regime monárquico quanto num republicano, os ordenadores deveriam recorrer aos exemplos dos antigos¹². Mais que isso, segundo o secretário florentino, é preciso haver um conhecimento verdadeiro das histórias e, na leitura delas, retirar o seu sentido¹³. Neste caso, um sentido que, para Maquiavel, compreendemos ser fundamentalmente político. Assim, nos primeiros capítulos dos *Discursos* (Livro I), Maquiavel faz uma incursão mais aprofundada – também cita exemplos de outras cidades – na história da construção de três cidades “que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, [...] cidades que tiveram não só diferentes princípios, mas diferentes leis e ordenações”¹⁴. A partir da história da fundação da república de Veneza, Esparta e de Roma, Maquiavel descreve as condições iniciais das ações políticas que propiciaram ordenamentos republicanos diversos em tais cidades, haja vista que condições diferentes determinam princípios diferentes e, por sua vez, estes acabam por instituir no tempo as especificidades da república, que de acordo com Maquiavel são duas: a de manter-se (estabilidade) e a de ampliar-se (grandeza)¹⁵.

Maquiavel recorre a exemplos históricos e, ao confrontá-los, vai balizando

¹² Cf. *Ibidem*.

¹³ Cf. *ibidem*.

¹⁴ MAQUIAVEL, *Discursos*, I, cap. 2, p. 12.

¹⁵ Cf. *Idem*, cap. 6, p. 29.

a sua própria teoria política, o que - para o nosso assunto - permite que ele observe minuciosamente os princípios de três repúblicas, duas antigas, Esparta e Roma, e uma moderna, Veneza. Durante seus comentários, a sua reflexão política emerge em forma de posicionamentos, conselhos e avaliações sobre as formas de governo e, principalmente na obra *Discursos*, sobre as diferentes ordenações republicanas. A exemplo disso, em um de seus conselhos aos ordenadores de repúblicas, encontramos a seguinte advertência:

Se alguém, portanto, quiser ordenar uma república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder como Roma, ou que permaneça dentro de limites exíguos. No primeiro caso, é necessário ordená-la como Roma [...]. No segundo caso, pode ser ordenada como Esparta ou Veneza¹⁶.

A partir deste posicionamento do autor, investigaremos a seguir as condições iniciais das ações políticas que ordenaram as três mencionadas repúblicas.

1.1 O princípio republicano de Veneza

A primeira condição que Maquiavel observa na Sereníssima é a geográfica. Com efeito, a questão da localização tem sempre um papel importante na caracterização dos tipos de ordenamentos das repúblicas, uma vez que a *virtù* do ordenador e da república “se conhece por dois modos: o primeiro é na escolha do local; o segundo, na ordenação das leis”¹⁷. Em relação à localização de Veneza, de acordo com Maquiavel¹⁸, seus habitantes teriam se reunido numa pequena ilha nas extremidades do Mar Adriático para fugirem das frequentes guerras que ocorriam na Itália. Assim, criaram leis que lhes pareciam

¹⁶ Idem, cap. 6, p. 30.

¹⁷ Idem, cap. 1, p. 10.

¹⁸ Cf. Idem, cap. 1, p. 8.

aptas a preservá-los e passaram a viver sob observação delas, “sem que nenhum príncipe em particular os ordenasse”¹⁹. No caso de Veneza, o florentino avalia que o seu princípio foi bastante modesto, mas devido à sua localização, a cidade pôde atingir uma longa estabilidade, pois os povos que atormentavam a Itália, provocando diferentes guerras, não possuíam navios e o único modo de atacar aquela cidade seria pelo mar. Dessa forma, podemos afirmar que a localização geográfica dessa cidade foi uma das condições que contribuiu para que a república ali ordenada fosse a apta à conservação, isto é, pela escolha de se estabelecer num lugar que contribuiu para mantê-la protegida em relação aos ataques externos.

Ainda sobre o princípio da república de Veneza, Maquiavel²⁰ descreve que sua ordenação foi instituída muito mais pelo acaso do que pela prudência de quem lhes deu suas leis. Desse modo, o florentino observa que o governo veneziano não foi dividido segundo nomes – como em Esparta, que instituiu um rei e um pequeno senado –, mas ficou estabelecido quais cidadãos poderiam fazer parte do governo da cidade, cidadãos que mais tarde seriam denominados “gentis-homens”. Veneza não teve um primeiro legislador, mas, na medida em que o número de seus habitantes aumentou, fez-se necessária a criação de leis para regular o convívio social e, logo, eles mesmos se organizaram e ordenaram uma forma de governo. Nesse sentido, o ordenamento das leis da cidade de Veneza se deu a partir de reuniões compostas por seus habitantes e só depois foi estabelecida uma diferenciação entre os gentis-homens (os que governavam) e o povo (os que eram governados), conforme destaca Maquiavel:

reunindo-se eles [habitantes] amiúde em conselhos, para deliberar sobre a cidade, quando lhes pareceu ser um número suficiente para constituírem uma vida política, *vedaram a todos os que ali passassem a morar o acesso à participação em seu*

¹⁹ Idem, cap. 1, p. 8.

²⁰ Cf. Idem, cap. 6, p. 28.

governo; e com o tempo, por se encontrarem naquele lugar muitos habitantes fora do governo, para se dar reputação aos que governavam, estes foram chamados de gentis-homens, e os outros populares²¹.

Dessa perspectiva, pois, o florentino não só não deixa de analisar as condições demográficas da Sereníssima, como também as realça, visto que foi um dos fatores que influenciou a divisão do seu governo e a sua estabilidade. E, mesmo tendo um princípio modesto devido à sua organização populacional, a república veneziana se manteve sem conflitos. De acordo com Maquiavel, quando surgiu a república, todos os cidadãos que nela habitavam participavam do seu governo e, portanto, não teriam tido motivos para reclamações. Além do mais, os que vieram a habitá-la após o seu ordenamento também não tinham razões para questionar ou criar tumultos, pois encontraram ali um estado fixado e delimitado. Além disso, o número de habitantes que foi morar em Veneza – depois que sua vida política já estava ordenada – não era tão grande, segundo Maquiavel, que pudesse gerar “desproporção entre quem governa e quem é governado; porque ou o número de gentis-homens é igual ao deles [populares], ou é superior de tal modo que, por essa razão, Veneza pôde ordenar o estado e mantê-lo unido²²”.

A partir destes comentários de Maquiavel, podemos elaborar duas reflexões sobre as condições iniciais das ações políticas da república veneziana. A primeira refere-se ao fato de ela não ter tido um primeiro ordenador que lhe desse as leis que seus habitantes teriam de observar, mas eles próprios teriam percebido a necessidade de criá-las para regular o convívio social. A segunda reflexão diz respeito diretamente ao tema de nossa dissertação: a participação do povo no governo republicano. No caso dos cidadãos venezianos, Maquiavel observa atentamente que, após fundada a sua vida política, a participação

²¹ Idem, cap. 6, pp. 27-28, grifo nosso.

²² Ibidem.

política é restringida entre seus autóctones. Isto é, os estrangeiros que vieram morar na cidade posteriormente à ordenação da república, ficaram excluídos da vida política. Porém, nos parece que essa exclusão, nos termos destacados por Maquiavel²³, não teria abalado o regime republicano veneziano, já que não se tratava de uma minoria de cidadãos originários que governavam uma maioria de estrangeiros mas, ao contrário, o número de gentis-homens era igual ou superior ao dos populares.

Mesmo assim, interessa-nos aqui assinalar que, embora Veneza tenha tido um princípio livre (condição fundamental para um ordenamento republicano), que seus cidadãos tenham sido considerados iguais perante as leis, o fato de ela não possibilitar participação política a todos os seus cidadãos *no governo*, em certa medida, a tornava menos republicana, ou melhor, “menos popular” em relação a Roma, por exemplo. Mais adiante, durante a análise das condições iniciais da república romana, mostraremos que ali o ordenamento republicano não restringia a vida política somente aos habitantes originários, mas permitia o seu acesso também aos estrangeiros que lá se estabeleciam. Antes disso, no entanto, passaremos à análise dos comentários de Maquiavel sobre as condições iniciais das ações políticas que ordenaram a república de Esparta.

1.2 O princípio republicano de Esparta

Em primeira instância, podemos afirmar que, embora algumas condições das ações políticas tenham sido diferentes, o regime republicano ordenado em Veneza foi bastante semelhante ao de Esparta no que tange à característica da estabilidade. Se assim não fosse, Maquiavel não teria aconselhado aos ordenadores seguir o modelo dessas duas cidades no caso de pretenderem fundar uma república que quisesse se manter estável e sem o propósito da

²³ Ibidem.

expansão. Isto posto, consideremos as características do princípio espartano, tanto aquelas que se diferem do princípio veneziano quanto aquelas que se aproximam dele.

A primeira característica pode ser evidenciada na maneira com que se deu a ordenação das leis da república espartana. No capítulo 2 dos *Discursos* (Livro I), Maquiavel afirma que as cidades das quais pretende falar “tiveram não só diferentes princípios, mas diferentes leis e ordenações”²⁴. Entendemos aqui por princípios as condições iniciais ou o início da fundação da cidade; por ordenações, as instituições como, por exemplo, o senado ou a ordenação da forma de governo (república ou principado civil); e as leis no sentido das regras que passaram a regular o convívio social dos habitantes da cidade, que são deliberadas todas de uma vez, ou pelos habitantes da cidade ou por um só homem, chamado de fundador ou de primeiro legislador. No caso de Esparta, segundo o secretário florentino, suas leis foram dadas de uma só vez por Licurgo:

[...] algumas [cidades] receberam leis, em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram ditadas por Licurgo aos espartanos [...]. Assim, pode considerar-se feliz a república à qual caiba por sorte um homem tão prudente que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las²⁵.

Desta forma, as condições iniciais das ações políticas que propiciaram o ordenamento das leis de Esparta foram diferentes das de Veneza, dado que, enquanto no caso desta última foram seus habitantes que se reuniram e deliberaram sobre tais leis, a primeira teve um único ordenador que deu leis “de uma só vez” a seus habitantes, um ordenamento feito “de cima para baixo”, isto

²⁴ Idem, cap. 2, p. 12.

²⁵ Idem, p. 13.

é, sem a participação dos habitantes da cidade. Maquiavel faz uma boa avaliação das leis que Licurgo deu à república de Esparta: “e vê-se que Esparta as observou [as leis] por mais de oitocentos anos sem as corromper ou sem nenhum tumulto perigoso”²⁶. Logo após o elogio às leis de Licurgo, Maquiavel observa que as cidades que não tiveram a sorte de encontrar “um ordenador prudente e precis[aram] reordenar-se por si mesma[s]”²⁷, encontraram muito mais dificuldades, sendo que algumas delas se corromperam antes mesmo de se ordenarem de forma bem-acabada. Com efeito, como já afirmamos, a partir da sua análise das histórias das três repúblicas citadas, Maquiavel vai balizando sua teoria política sobre o regime republicano. Assim, o florentino observa que o princípio de uma república pode ser perfeito, no sentido de acabado e de que todas as leis são dadas no ato da fundação – a exemplo de Esparta e de Veneza –; ou o princípio é apenas bom e passível de ser melhorado de acordo com os acontecimentos, como veremos mais adiante no caso da república romana.

Outro aspecto da ordenação de Esparta salientado por Maquiavel respeita ao modo com que foi ordenada a divisão do governo na república, na medida em que tal divisão apresenta as características de um regime de governo misto. No capítulo 2 dos *Discursos*, Maquiavel elabora uma discussão sobre as formas de governo e tece o seguinte comentário: “direi o que dizem alguns que escreveram sobre as repúblicas, ou seja, que há nelas um dos três estados, chamados principado, optimates e popular”²⁸. Na continuação dessa passagem, o pensador florentino afirma que também na opinião de alguns os ordenadores de uma cidade devem escolher um entre os estados citados. Mais adiante, cita uma segunda opinião, a qual avalia ser mais sábia que a primeira: “são de opinião que existem seis formas (*ragioni*) de governo, das quais três são péssimas e três

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Idem, p. 14.

são boas em si mesmas²⁹". Neste caso, os três estados - principado, optimates e popular - seriam três boas formas de governo, enquanto as três formas ruins seriam, respectivamente, a tirania, a oligarquia e a licença (desordem).

Em seguida, após expor essas duas posições sobre as formas de governo, Maquiavel parece concordar que a melhor delas seria uma combinação entre as três formas boas acima citadas:

Digo, portanto, que todos esses modos são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons quanto pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; porque, quando numa cidade há principado, optimates e *governo popular*, um toma conta do outro³⁰.

Mais adiante, Maquiavel descreve que a ordenação republicana de Esparta é um exemplo bem-sucedido desta articulação entre as três boas formas de governo:

Entre os que mais louvores merecem por semelhantes constituições, está Licurgo, que ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates e *ao povo suas devidas partes*, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade³¹.

De acordo com esta passagem, o governo na república de Esparta foi dividido em três partes, a saber, o régio, o aristocrático e o popular. Maquiavel destaca que os poderosos (grandes) tinham mais participação na administração da república espartana na medida em que foi negado "certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dissensões e tumultos numa

²⁹ Ibidem.

³⁰ Idem, cap. 2, p. 17, grifo nosso.

³¹ Ibidem, grifo nosso.

república”³². Nesse sentido, a divisão foi eficaz por dois motivos: primeiro, porque satisfaz ao desejo de ambição dos poderosos e, segundo, porque após determinada uma menor participação política à plebe, evitava-se o enfrentamento com os grandes que criam dissensões e tumultos na república.

A condição demográfica também influenciou a constituição republicana de Esparta. Segundo Maquiavel, desde a sua fundação, a cidade era pouco habitada e, com as leis de Licurgo, os forasteiros foram proibidos de habitá-la. Além disso, quanto à condição econômica do povo, o florentino ressalta que os plebeus espartanos não eram ambiciosos, pois eram igualitariamente pobres:

Porque Lircurgo, com suas leis, criou em Esparta mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos; pois ali havia igual pobreza, e os plebeus não eram ambiciosos, pois os cargos da cidade se distribuíam por poucos cidadãos e eram mantidos fora do alcance da plebe, enquanto os nobres nunca lhe deram, com maus tratos, desejo de possuí-los³³.

Nesta passagem dos *Discursos*, Maquiavel propõe que as leis de Licurgo geraram mais igualdade de bens do que igualdade política, visto que os cargos referentes à administração da cidade foram distribuídos a poucos cidadãos e eram mantidos distantes do alcance do povo. De acordo com a descrição de Maquiavel³⁴, em Esparta foi constituída uma república baseada num governo pequeno, contemplado por um rei, por um pequeno (*stretto*) senado e por poucos cidadãos que ocupavam alguns cargos.

Portanto, a participação política do povo na administração da república era bastante tímida. Segundo a avaliação do florentino, porém, para uma república que tem por natureza se conservar com segurança, tal restrição é saudável por dois motivos: i) o poder régio espartano, em certa medida, não

³² Idem, cap. 5, pp. 24-5.

³³ Idem, cap. 6, pp. 28-9.

³⁴ Ibidem.

permitia que os nobres (grandes) oprimissem a plebe, e como esta não participava das decisões, nem realizava reivindicações políticas, não se expunha às acusações e calúnias; ii) a plebe espartana, ao se sentir protegida, não temia nem desejava o poder e, segundo Maquiavel³⁵, o desejo por uma parte do governo da república é o principal motivo para o povo entrar em disputa com a nobreza e gerar tumultos.

Nesse sentido, a república espartana foi fundada a partir de um princípio bem-acabado, com boas leis e com uma forma de governo mista e, assim, foi capaz de neutralizar a desunião (*disunione*) que existe em toda cidade entre os grandes e o povo, nas palavras do florentino:

Mas duas coisas principais causaram essa união: uma foi serem poucos os habitantes de Esparta, e assim poderem ser governados por poucos, outra foi que, não aceitando forasteiros em sua república, não tiveram ocasião para corromper-se nem para crescer tanto que ela se tornasse insuportável aos poucos que a governavam³⁶.

A análise das condições iniciais sobre ordenação da república de Esparta feita por Maquiavel destaca, em certa medida, as ações políticas que contribuíram para a estabilidade do regime, isto é, as leis de Licurgo, a divisão do governo em forma mista, a proibição de moradia a estrangeiros, uma população reduzida, a igualdade econômica da plebe espartana, a falta de ambição desta última e, por conseguinte, uma ínfima participação política do povo nos negócios públicos. E, justamente devido a isso, percebemos que, segundo Maquiavel³⁷, tais fatores permitiram que a república espartana se afirmasse durante mais de oitocentos anos de forma segura e estável. No entanto, conforme veremos a seguir, com a análise do princípio republicano

³⁵ Ibidem.

³⁶ Idem, cap. 6, p. 29.

³⁷ Ibidem.

romano, a não observação de alguns de tais fatores contribuiu para a expansão de uma república que teve um princípio bom e passível de melhoramento ao longo do seu tempo.

1.3 O princípio republicano de Roma

A nossa reflexão sobre a análise de Maquiavel do princípio romano tem por objetivo, principalmente, compreender porque, mesmo tendo emitido tantos elogios aos oitocentos anos de estabilidade da república de Esparta, o florentino escolheu como paradigma de sua teoria política a república romana. Em primeira instância, é pertinente considerar que se a república espartana contou com mais anos de estabilidade que a romana, em compensação, permaneceu todo esse tempo em seus limites exíguos. Já a outra, viveu trezentos anos de grandeza e potência como nenhuma outra república na face da terra³⁸. Com base nessa afirmação, Maquiavel inicia o primeiro capítulo dos *Discursos* (Livro I) com os seguintes termos:

Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta virtù se tenha mantido por vários séculos naquela cidade; e depois tenha surgido o império que a aquela república atingiu³⁹.

A partir desse destaque de Maquiavel sobre a grandeza da república romana, analisemos as condições iniciais das ações políticas que ordenaram tal república, isto é, o seu princípio, o modo com que suas leis foram ordenadas e, principalmente, a maneira com que foi dividido o seu governo, assim como qual espaço foi *reivindicado* pelo povo romano nesta divisão. De acordo com o florentino, Roma teve um princípio livre, assim como Veneza e Esparta, mas,

³⁸ Idem, cap. 1, p. 12.

³⁹ Idem, p. 7.

diferentemente destas duas últimas, não recebeu todas as suas leis de uma só vez. Porém, suas primeiras leis ditadas por Rômulo - mas também por Numa e outros – foram tão boas que garantiram à república romana um princípio bom que permitiu a ela reordenar-se por si mesma no fluxo de seus acontecimentos.

Ainda sobre as condições iniciais, vale destacar que Roma era privilegiada quanto à fertilidade do solo e também quanto a uma cômoda localização geográfica, centralizada em relação ao Mar Mediterrâneo. Já sobre a sua condição demográfica, tratava-se de uma cidade com muitos habitantes, na qual não havia impedimentos aos estrangeiros que queriam habitá-la. Mais que isso, os estrangeiros que lá se estabeleceram, passavam a fazer parte da plebe e tinham permissão para participar das ações militares, o que, em certa medida, também outorgou força política à plebe. Assim, ressalta Maquiavel:

[...] os legisladores de Roma precisariam ter feito uma destas duas coisas, se quisessem que Roma permanecesse tranquila como as repúblicas citadas: ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como espartanos. Mas fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos⁴⁰.

Nesta passagem dos *Discursos*, percebemos que Maquiavel, em certa medida, deriva a força política da plebe da participação dela nas atividades de guerra. No entanto, nosso interesse quanto a isso é o de apresentar argumentos de que a participação política da plebe romana está relacionada com a militar na medida em que a primeira tem como objeto a defesa da liberdade interna (direitos), enquanto a segunda a da liberdade externa. Para tanto, precisamos retornar à análise do princípio republicano romano em vista de compreendermos como surgiu o governo popular na ordenação dessa república.

A divisão do governo na república romana foi essencialmente diversa das

⁴⁰ Idem, cap. 6, p. 29.

outras repúblicas citadas. Embora Roma tenha tido um primeiro fundador – Rômulo ou Enéias –, suas leis e suas ordenações não lhe foram dadas todas de uma vez, mas o seu princípio teve bons fundamentos, isto é, forneceu uma base político-jurídica para que os acontecimentos fossem acolhidos sem arruinar as ordenações existentes. Com efeito, Maquiavel expõe a divisão do governo no princípio republicano romano da seguinte maneira:

Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas como sua finalidade foi fundar um reino e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles seus reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem (*ordinandovi*) imediatamente dois cônsules para ficarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome e o não poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules e senado, aquela república vinha ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates. Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular⁴¹.

Nesse sentido, notamos que a constituição originária de Roma não abarcou as três formas boas de governo, mas apenas duas, a monarquia e a aristocracia (optimates). Por sua vez, diferentemente de Roma, a constituição de Esparta se originou contendo as três formas de governo acima mencionadas, embora tenha reservado um papel muito restrito ao governo popular. Como já mencionamos anteriormente, a constituição da república romana foi consolidada no fluxo dos acontecimentos, visto que ela não contou com uma constituição originária perfeita como as de Esparta e Veneza. Nesse sentido, para Roma tornar-se uma república com um governo misto, segundo Maquiavel, “faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular”⁴².

Além disso, diferentemente de Esparta, Roma não teve um legislador

⁴¹ Idem, cap. 2, p. 18.

⁴² “*Restavale solo a dare luogo al governo popolare*” (Ibidem, grifo nosso).

como Licurgo, que ordenou leis que regularam a divisão do governo da cidade entre os reis, *optimates* e o povo. Foi o povo que se rebelou contra a nobreza romana e forçou-lhe a conceder sua parte na administração pública⁴³. Mais que isso, as constantes reivindicações do povo romano por participação nos assuntos públicos atribuíram a Roma a imagem de uma república tumultuada e conflituosa e, devido a tal imagem, a constituição republicana romana era mal quista pelos humanistas contemporâneos de Maquiavel, que tinham preferência pelos modelos de Veneza e de Esparta, que sempre representou uma imagem de harmonia e de concórdia entre os governantes e os governados.

Nesse sentido, Maquiavel não só escolhe a tumultuada república romana como paradigma de sua teoria política, como também defende que a principal causa da sua grandeza consistiu naqueles acontecimentos perpassados por tumultos entre a plebe e o senado, devido à desunião que havia na cidade entre esses dois segmentos sociais. Neste horizonte, podemos afirmar que o governo popular na república romana teria surgido a partir de reivindicações populares por participação política. Essas reivindicações eram tão válidas que não prejudicaram as instituições republicanas existentes, ao contrário, demonstraram que elas eram insuficientes pelo fato de faltar uma instituição que garantisse uma parte do governo da república ao povo. Assim, esclarece Maquiavel:

[...] tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo sublevou contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte⁴⁴.

Ou seja, a parte do governo popular foi ordenada em Roma a partir de uma relação entre o povo e as instituições que haviam sido ordenadas no seu

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Idem, cap. 2, p. 19.

princípio. Além disso, nem os cônsules nem os senadores tiveram seu poder diminuído, segundo Maquiavel⁴⁵, por concederem ao povo sua parte, uma vez que foi criada uma outra instituição, os tribunos da plebe, com a incumbência de, em certa medida, acolher ou intermediar as relações entre a plebe e o senado (grandes). Pois, afirma Maquiavel, “permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição que chegou devido à desunião entre a plebe e o senado”⁴⁶. Ou seja, após constituída de forma mista, a república romana passou a dispor de ordenações (instituições) capazes de dar uma melhor vazão (*sfogo*) aos dois humores que dividem constitutivamente uma cidade: o humor dos grandes, de dominar, e o do povo, de não ser dominado.

Como sabemos, para o pensador florentino, “em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e [...] todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles”⁴⁷. Neste caso, compreendemos que a parte do governo popular poderia ser pensada como um *contra-poder*, pois ele funcionaria como uma barreira para impedir a ambição dos grandes de dominar o povo de forma absoluta. Em outras palavras, a reivindicação do povo romano por um lugar para exercer a sua função política, estabelecido por lei, foi uma maneira de institucionalizar o governo popular. E se esse fato fez gerar tantos conflitos na república, foi porque os dois segmentos sociais (os grandes e o povo) passaram a ter igualdade de participação nos assuntos públicos e, portanto, de acordo com os interesses políticos de cada segmento, a participação também teria consistido numa maneira de barrar as iniciativas e as leis que poderiam privilegiar somente um deles, e, assim, prejudicar a república. A ideia de o povo possuir um contra-poder em relação aos grandes pode ser evidenciada na questão da guarda da liberdade romana.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Idem, cap. 4, p. 22. O tema da desunião, isto é, do conflito em Maquiavel, será melhor explorado no segundo capítulo deste trabalho.

2. A GUARDA DA LIBERDADE REPUBLICANA

Maquiavel, ao concordar que o regime republicano bem fundamentado é aquele em que as ordenações estabelecem três formas de governo (o régio, o aristocrático e o popular), não teria concebido que o poder de uma parte social da cidade seria reduzido por uma outra parte. Mas que, sobretudo, o poder exercido por uma determinada parte serviria para barrar possíveis excessos das outras partes, o que, por conseguinte, faria com que o poder de cada parte social estivesse relacionado com o das outras partes. Desse modo, podemos considerar que o governo misto, ao mesmo tempo em que possibilitaria uma independência entre os governos (o régio, o aristocrático e o popular), também o fato de “um tomar conta do outro” contribuiria para que a liberdade interna, o regime de leis da república, fosse salvaguardado. Porém, um desses governos, segundo Maquiavel, precisaria ser responsável pela guarda da liberdade republicana e, segundo o pensador, tal guarda seria mais eficiente quando assumida pelo governo que possui menos condições de usurpá-la.

Nessa perspectiva, Maquiavel lança a seguinte questão no título do quinto capítulo dos *Discursos*: “onde se deposita com mais segurança a guarda da liberdade: no povo ou nos Grandes; e quem tem maior razão para criar tumultos: quem deseja conquistar ou quem quer manter?”⁴⁸. O florentino está convicto de que a duração da república depende do modo como é constituída a guarda da liberdade.

Esses pressupostos permitem observar que aquelas duas características que dizem respeito às repúblicas (ampliar-se ou manter-se) passam a ser características também dos segmentos sociais, visto que os grandes pretendem conquistar e dominar, e o povo se manter não dominado, isto é, livre. Todavia,

⁴⁸ Idem, cap. 5, p. 23.

para conquistar, os grandes precisam do povo ativamente na guerra e, para não ser dominado, o povo precisa de participação política para barrar, ou melhor, resistir à dominação que os grandes podem lhe afligir. Assim, compreendemos que ao participar da guerra, o povo, em certa medida, contribui para que o desejo de conquistas dos grandes seja satisfeito, e, por sua vez, ao conceder uma parte do poder da república ao povo, os grandes satisfazem a vontade do povo de viver livre. Segundo Maquiavel, justamente nessa relação entre os desejos de ambição e de ser livre, os romanos concederam a guarda da liberdade ao povo:

E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus, veremos naqueles o grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitiram que outros se apoderem⁴⁹.

Maquiavel observa que as repúblicas que colocaram a mencionada guarda da liberdade nas mãos dos grandes alcançaram uma longa estabilidade – caso de Esparta e Veneza –, mas a república que colocou nas mãos povo – Roma – abriu o caminho da expansão, mesmo que também o do conflito e o do tumulto. Isso porque, para ampliar-se, uma república precisa de um exército bem armado e composto por seus cidadãos. Nas palavras de Maquiavel,

se queres criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não poderás *depois manejá-lo a teu modo*; e, se o manténs pequeno ou desarmando para poderes manejá-lo, se conquistares domínios não os poderá conservar, ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar⁵⁰.

Para tanto e diante do mencionado, acreditamos existir uma relação entre

⁴⁹ Idem, cap. 5, p. 24.

⁵⁰ Idem, cap. 6, p. 30.

a participação política popular e a militar no republicanismo maquiaveliano a partir do paradigma romano. Isso pelo motivo de que, no momento da fundação de uma república, não seria possível prever se ela estaria destinada à estabilidade ou à expansão, o que poderia ser descoberto apenas ao se recorrer à história e ao se analisar os seus acontecimentos. Por isso mesmo, é possível afirmar: a preferência de Maquiavel pelo modelo republicano romano não se deveu apenas à grandeza que aquela república atingiu, mas à exigência de que todas as constituições republicanas deveriam, em seus princípios, abarcar fundamentos capazes de ancorar uma possível expansão ou, do contrário, instituir uma lei que vedasse fundamentalmente a ampliação dos domínios da república. Isso porque, Maquiavel é um leitor das histórias e, por conseguinte, percebe por meio da leitura delas que

como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo; e a muitas coisas que a razão não nos induz somos induzidos pela necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo a ruína. [...]. Portanto, não sendo possível, como creio, equilibrar tais coisas nem manter-se exatamente nessa via do meio, ao ordenar uma república é preciso pensar no lado mais honroso, e ordenar tudo de tal modo que, mesmo quando a necessidade a induzisse a ampliar-se, fosse possível conservar o que já houvesse sido conquistado⁵¹.

O percurso que propomos em relação às condições iniciais das ações políticas que ordenaram as três repúblicas citadas nos permite considerar que a preferência de Maquiavel pelo regime republicano romano se assenta no modo com que a sua constituição foi fundamentada e, principalmente, no modo com que a participação política e militar do povo romano contribuiu para melhorar seu princípio, criar novas leis e fortalecer suas instituições. Nesse sentido, a convicção do florentino sobre o modelo republicano é incisiva: “creio ser

⁵¹ Idem, p. 31-32.

necessário seguir a ordenação romana, e não a das outras repúblicas, porque não acredito ser possível encontrar um meio-termo entre uma e outra”⁵². Como já mencionamos, não é possível prever se uma república irá se manter ou se expandir e, por isso mesmo, as suas primeiras ordenações precisariam considerar as duas possibilidades.

De acordo com Maquiavel, no caso de Esparta, após ter submetido quase toda a Grécia aos seus domínios, bastou um pequeno acontecimento⁵³ para expor o quanto era fraco o seu fundamento. Caso semelhante ocorreu com a república veneziana, depois de ter se apoderado de grande parte da Itália usando mais dinheiro e astúcia do que armas; no momento em que foi necessário mostrar sua força na guerra, sofreu uma grande derrota. Portanto, segundo Maquiavel, não existiria um meio termo entre a estabilidade e a expansão e, nesse caso, melhor seria ordenar uma república com fundamentos fortes capazes de acolher a expansão e os conflitos que dela resultam. Da mesma forma, havendo necessidade de a república se ampliar, se ela contar com fundamentos sólidos, também poderá defender o que já foi conquistado.

3. ESPARTA E ROMA: O PARADIGMA CLÁSSICO E O MAQUIAVELIANO

Após a análise das três constituições republicanas, poderíamos inferir que a noção de potência nos modelos espartano e veneziano pode ser considerada sinônimo de longa estabilidade e segurança – pois, como diz Maquiavel, a constituição republicana de Esparta merece louvores pelos longos anos de duração e pelo sossego que proporcionou à cidade – ou seja, uma ideia de potência associada à capacidade de se defender de conflitos externos e de

⁵² Idem, cap. 6, p. 32.

⁵³ Segundo Maquiavel, houve uma rebelião em Tebas provocada por Pelópidas. Em seguida, outras rebeliões aconteceram em outras cidades e, em pouco tempo, esses acontecimentos arruinaram totalmente a república espartana (Idem, cap. 6, p. 31, [86]).

neutralizar conflitos internos. Nesse sentido, no caso de Esparta, Maquiavel destaca que os poderosos (grandes) tinham mais poder na república espartana na medida em que foi negado “certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dissensões e tumultos numa república”⁵⁴.

Nessa perspectiva, a ordenação da constituição republicana de Esparta segue a tipologia clássica do republicanismo misto⁵⁵ que distribui o governo da cidade em três partes (formas de governo) aos diferentes grupos (partes) sociais que habitam a cidade. Na medida em que o governo permaneceu equilibrado entre essas três formas constitucionais, a república espartana se manteve estável e sem tumultos por vários séculos.

Na descrição do ordenamento republicano tomado a partir do exemplo romano, Maquiavel comenta que Roma recebeu suas leis ao acaso e por várias vezes de acordo com os acontecimentos, assim como contou com um primeiro legislador (ou legisladores) que lhe deu algumas leis e instituiu um senado. Neste primeiro momento, a descrição de Maquiavel sobre a constituição romana ainda se encontra em conformidade com aquela da tipologia clássica do governo misto, haja vista que na sua narração o florentino sublinha que em Roma foram ordenadas duas formas de governo no início de sua constituição, “de tal forma que [se a república] [...] só tivesse cônsules e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e *optimates*. Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular⁵⁶”. Ora, diante disso, retomemos a nossa questão: como poderíamos pensar as formas de governo na república romana a partir de uma distribuição equilibrada do governo entre as partes sociais, uma vez que a sua constituição não foi consolidada de uma só vez, mas no fluxo dos acontecimentos, principalmente no caso do governo

⁵⁴ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, cap. 5, p. 24-25.

⁵⁵ Sobre a recepção por Maquiavel da tradição do governo misto, cf. GAILLE-NIKODIMOV, M. *Conflit civil et liberte*, pp. 71-81; e RAIMONDI, F. *Machiavelli e il problema della costituzione mista di Roma*, pp. 49-61.

⁵⁶ Idem, Cap. 2, p. 19.

popular?

A nossa hipótese é a de que o secretário florentino faz uso do mesmo léxico conceitual da tipologia clássica na descrição da constituição romana, mas desloca o raciocínio: no modelo republicano espartano a ideia de potência seria pensada à maneira clássica, enquanto segurança e estabilidade; já no modelo romano, essa mesma noção seria pensada por Maquiavel enquanto resultado de conflitos entre a plebe e o senado, como capacidade da república de criar instituições que acolhessem tais conflitos e, em consequência disso, também de expandir seus territórios.

Tal deslocamento pode ser averiguado na medida em que notamos que o florentino apresenta, no capítulo 4 dos *Discursos*, sua tese sobre a causa primeira da liberdade romana, que também pode ser considerada a causa da grandeza da república romana: os tumultos entre a plebe e o senado (conflito). Isso porque a causa da grandeza romana coincide com a origem do governo popular, que desde sua gênese, no exemplo romano, é sempre conflituosa. Neste capítulo dos *Discursos*, podemos perceber que a narrativa se transforma. Assim, o governo popular - no caso romano - não assume uma forma de governo a partir da ação ordenadora de um legislador. Mais que isso, o povo, nesse segundo momento da análise, não é visto por Maquiavel como uma matéria inerte e flexível, passível de receber uma forma. Ao contrário, ele é atuante e reivindica seu próprio espaço (*luogo*) político de participação no governo.

De fato, Maquiavel continua utilizando o léxico da tipologia clássica das formas de governo, pois afirma que em Roma, após a reivindicação do povo pela sua parte no governo da república, teriam se combinado as três boas formas. A nosso ver, entretanto, esta combinação seria operada de maneira bastante diversa daquela do exemplo da constituição de Esparta. No caso desta última, tal combinação foi pensada racionalmente no sentido de organizar de maneira equilibrada a parte de participação política que as diferentes partes

sociais - que compõem a totalidade de uma cidade - poderiam ter no governo espartano. Ou seja, na tipologia clássica das formas de governo, cada segmento social precisa tomar parte no governo e, tal “partição”, é pensada e conduzida por meio de um debate racional que busca definir a dimensão que cada um terá, em vista de atingir um equilíbrio entre as diferentes partes sociais em suas diferentes funções políticas. Em outras palavras, o governo misto sob o viés clássico estabelece que, quanto mais adequado for pensado este caráter equilibrado – no sentido de encontrar a medida certa que cada parte deve ter no governo – mais eficiente, mais estável e duradouro será o ordenamento político republicano.

No paradigma maquiaveliano, o governo misto também se refere a uma mistura, mas diferentemente da tradição, esta mistura nasce do conflito. Mais especificamente, da combinação de dois humores que possuem desejos e interesses diferentes, pelos quais toda cidade ou ordem política é composta. Como sabemos, segundo Maquiavel, em toda república há dois diferentes humores: o povo não deseja ser dominado ou oprimido pelos grandes, ao passo que estes últimos desejam dominar e oprimir o povo⁵⁷. Desse modo, para o florentino, em todo ordenamento político também é preciso que haja uma mistura adequada⁵⁸ desses dois humores, que se traduzem enquanto forças sociais que compõem a totalidade social. Porém, esta mistura adequada não resulta de um debate racionalmente conduzido para se calcular qual seria a parte ou a dimensão certa que cada força social dever ter neste ordenamento político. Ao contrário, esta adequação ocorre num jogo de relação de forças entre as diferentes partes sociais da cidade. Para o florentino, as forças sociais estariam em constante encontro e confronto na cena pública e, portanto, permanentemente elas se combinariam e se recombinariam, de modo que não

⁵⁷ Cf. Idem, Cap. 4, p. 22; MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, IX, p. 45.

⁵⁸ Cf. GAILLE-NIKODIMOV, M. *Conflit civil et liberte*, p. 68.

existe uma combinação definitiva, dada ou pensada racionalmente. Trata-se de um processo contínuo de combinação e recombinação determinado por circunstâncias históricas concretas, dado que é o jogo de forças sociais que a cada momento (acontecimento) delimita qual seria o tamanho que cada parte pode e precisa ter no todo do ordenamento político⁵⁹.

Nesta perspectiva, Maquiavel aponta que em Roma o povo (parte social) sublevou-se contra a nobreza (outra parte social) e, “assim, para não perder tudo, ela foi *obrigada* a conceder ao povo a sua parte”⁶⁰. Ousaremos afirmar, então, que o governo popular, conforme a assertiva maquiaveliana, não seria fundado, mas *fundante*, isto é, o povo (matéria), enquanto uma parte social da cidade, numa relação de disputa política com a outra parte, conquista seu espaço político e molda naquela conjuntura sua própria forma de governo sem depender da ação ordenadora de um legislador.

É preciso destacar, então, o que significa o fato de a nobreza ter concedido a este segmento social chamado “povo” a sua parte no governo⁶¹. Em primeiro lugar, significaria que esta parte social teve iniciativa política para empreender ações que a possibilitaram tomar parte no governo. Tais ações, por sua vez, evidenciam a tese de que o conflito para Maquiavel é constitutivo da vida política, isto é, sem os tumultos, sem a oposição constante entre os desejos do povo e dos grandes, não existiria vida política numa cidade. Em segundo lugar, conceder ao povo sua parte no governo, consiste em reconhecê-lo enquanto parte social que possui papel político, ou melhor, significa que os

⁵⁹ José Luiz Ames considera que “na análise do modelo romano Maquiavel deixa claro que não apenas o desejo dos grandes permanece irreduzivelmente *parte*, mas igualmente o humor popular continua *parte*. Diferente do que pensava a tradição, Maquiavel não compreende o regime misto como convergência de forças sociais distintas em torno de um projeto consensual para representar a vontade comum de todos. O modelo defendido por Maquiavel a partir da leitura feita por ele da Roma republicana é de um regime misto que se constitui no curso da história em oposição de grandes e povo. Ambos permanecem “partes”, inclusive o povo” (AMES, J. L. *Teoria conflitual da política de Maquiavel*, p. 23).

⁶⁰ MAQUIAVEL, *Discursos*, cap. 2, p. 19, grifo nosso.

⁶¹ RAIMONDI, F. *Machiavelli e il problema della costituzione mista di Roma*, p. 54.

grandes (nobres) tiveram que reconhecer no povo um sujeito político, ator político⁶² diante daquela conjuntura, o que ainda não havia sido reconhecido antes dela.

Com este raciocínio, o ordenamento político romano assume uma configuração republicana na medida em que, a partir dos tumultos (circunstâncias históricas concretas), o povo foi reconhecido como parte da cidade com os mesmos direitos políticos dos grandes. Como assevera Maquiavel,

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma [...] e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles⁶³.

Compreendemos, assim, que o jogo de forças entre os humores do povo e dos grandes pode ser considerado o pano de fundo da gênese conflitiva do governo popular em Maquiavel, já que todas as leis feitas em favor da república nasceram da desunião, isto é, do encontro e do confronto entre estes dois humores. Dito de outra forma, as leis nascem do conflito e, por conseguinte, é este que regula ou rege as ações das forças sociais em vista de evitar que uma força domine a outra, ou venha a se sobrepor à outra. A configuração do republicanismo maquiaveliano, devido à sua origem conflitiva, permaneceria sempre aberta, ou melhor, polimorfa, pois seu ordenamento seria sempre parcial e transitório, uma vez que sempre depende das relações de força entre os dois humores existentes numa república.

Além disso, se na tipologia clássica das formas de governo a potência de uma república é pensada enquanto estabilidade interna e externa, no republicanismo maquiaveliano tal potência é oriunda do conflito interno e

⁶² Cf. AMES, L, J. *Povo como ator coletivo*, p. 12; Cf. GAILLE- NIKODIMOV, M. *Conflit civil et liberte*, p. 194.

⁶³ Idem, cap. 4, p. 22.

externo. O primeiro geraria leis e ordenações (satisfaria parcialmente o desejo popular de liberdade); o segundo geraria riqueza e grandeza (saciaría parcialmente o desejo dos grandes de comando, de conquistas). Ademais, se no modelo clássico do governo misto (evidenciado no exemplo de Esparta) o povo é apenas um fragmento passivo da cidade, considerado em vista de uma distribuição do governo, pensada racionalmente, para Maquiavel as ações (evidenciadas nos tumultos) do povo fazem com que este seja reconhecido como um sujeito político do processo constitutivo das instituições de uma república.

4. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO POVO NO PARADIGMA REPUBLICANO DE MAQUIAVEL

Iniciamos este capítulo problematizando a ordenação do governo popular nas repúblicas de três cidades. Para tanto, empreendemos uma breve análise a respeito dos comentários de Maquiavel sobre o princípio republicano de Esparta, Veneza e Roma. Com isso, buscamos apresentar as condições iniciais das ações políticas que propiciaram a tais cidades um ordenamento republicano. Além disso, tomamos como pressuposto que o motivo da preferência de Maquiavel pelo modelo republicano romano como paradigma de seu republicanismo diz respeito à grandeza e à potência que aquela república atingiu. Aliás, Maquiavel se mostra muito incisivo quanto à causa da grandeza romana:

se o estado romano se tornasse mais tranquilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se⁶⁴.

No capítulo 4 dos *Discursos*, Maquiavel afirma que “a desunião entre a

⁶⁴ Idem, cap. 6, p. 29.

plebe e o senado tornou livre e poderosa a república romana”⁶⁵. Esta afirmação e a passagem acima citada corroboram a ideia de que os tumultos entre a plebe e o senado abriram caminho para a república romana chegar à grandeza, isto é, consistiram na causa inicial da grandeza romana. E, se é assim, as formulações citadas corroborariam também a hipótese segundo a qual *a participação política do povo* romano, ao provocar tais tumultos e reivindicar direitos, pode ser considerada uma das condições germinais que teriam propiciado ações políticas para que se pudesse ordenar uma república capaz tanto de se expandir quanto de se conservar livre. Ademais, esta análise do surgimento do governo popular na constituição republicana das três cidades citadas contribuiria para pensarmos uma possível noção de *participação popular* no republicanismo de Maquiavel.

Notemos que, no capítulo 6 dos *Discursos*, o secretário florentino demonstra, enfaticamente, qual seria o seu paradigma de preferência dentre essas três cidades: “creio ser necessário seguir a ordenação romana, e não as das outras repúblicas”⁶⁶. Poderíamos inferir, assim, que, sendo o paradigma de Maquiavel o do republicano romano, tratar-se-ia justamente do regime que teve o governo popular ordenado *somente* após o “povo sublevar-se contra a nobreza”. Se em Esparta uma parte do governo foi distribuída por um legislador ao governo popular, em Roma, esta parte foi reivindicada por meio de tumultos e desobediência civil pela plebe romana. Além disso, se levamos em consideração o fato de que Maquiavel, ao analisar o modelo romano, não pensa mais a divisão do governo de acordo com a tipologia clássica, por conseguinte, a participação política do povo na administração da república também não seria mais pensada à maneira clássica. Em outras palavras, se no modelo clássico (Esparta) o povo é apenas uma parte da cidade que participa da vida política de acordo com a parte do governo que lhe foi distribuída mediante cargos públicos,

⁶⁵ Idem, cap. 4, p. 21.

⁶⁶ Idem, cap. 6, p. 32.

no paradigma maquiaveliano (Roma), o lugar do povo se desloca e, por conseguinte, a sua ação política também. Assim, segundo Maquiavel,

[Na república romana] um tribuno ou outro cidadão podiam apresentar ao povo uma lei, sobre a qual qualquer cidadão podia falar a favor ou em contrário, antes que se deliberasse a respeito⁶⁷.

Desse modo, compreendemos que uma das diferenças fundamentais entre os modelos republicanos veneziano e espartano em relação ao romano, é a de que, neste último, o povo é reconhecido como um ator político que, enquanto tal, participa das decisões políticas e da administração da república. Nesse sentido, Maquiavel teria escolhido como seu paradigma republicano aquele da república que ordenou seu governo “com base no povo”, e não aquele que o baseou nos nobres (Esparta) ou nos gentis-homens (Veneza).

Frente a isso, nossa leitura sugere inferir que Maquiavel teria sido significativamente atento ao papel do povo e das instituições no ordenamento de uma república. Seria importante assinalar, por exemplo, que o secretário não teria descrito essa relação por acaso, mas teria lhe interessado registrar que os ordenamentos republicanos nem sempre são concebidos “de cima para baixo”, e que, ao contrário, existe uma relação entre a forma (ordenamento) e a matéria (sociedade); numa determinada conjuntura histórica, é a matéria que encontra a sua forma, em outra, é esta última que molda a primeira. Quando numa república é o conflito que governa, nada está dado ou pré-estabelecido, tudo é constantemente submetido ao processo de transformação que decorre da sua dinâmica.

⁶⁷ Idem, Cap. 18, p. 74.

CAPÍTULO II

O POVO SOB O PRISMA DO CONFLITO

Na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel emprega o termo povo (*popolo*) mais de duzentas vezes⁶⁸ e basicamente em dois sentidos: como “coletivo” (*civitas*), quando faz referência a todos os habitantes (*citadini*) de uma cidade, e como “particular”, quando se refere a uma parte da cidade com aspirações políticas contrárias às de uma outra: os grandes. No presente capítulo investigaremos a concepção de *povo* empregada por Maquiavel especificamente em sua obra *Discursos*, levando em consideração o segundo sentido do termo, que também é o mais usado pelo florentino.

Todavia, é na obra *O Príncipe* que, pela primeira vez, o pensador distingue as referidas duas partes: “pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos, que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo”⁶⁹. Podemos notar, por um lado, que tal distinção não faz referência a um *status* econômico, isto é, Maquiavel não estabelece se a noção de povo em seu pensamento político refere-se a um grupo de pessoas com baixo poder aquisitivo, mas apenas que ele não quer ser comandado e nem oprimido. Por outro lado, os grandes também são definidos a partir de um desejo, o de comandar e oprimir e, mesmo que tal definição possa estar condicionada às situações econômicas e políticas que garantem tal comando, tanto o povo como os grandes são definidos por seus desejos, sempre absolutamente

⁶⁸ Laerte Moreira dos Santos explicita que o termo povo (*popolo*) pode ser entendido sob dois significados em Maquiavel, um geral e outro específico. Por um lado, poder-se-ia entendê-lo como *civitas*, ou seja, a comunidade dos cidadãos; por outro, como um determinado segmento ou parte social. Assim, Santos contabiliza que o primeiro significado é usado por Maquiavel em sua obra *Discursos* 72 vezes, enquanto o segundo, 130 vezes (Cf. SANTOS, L. M. *A virtù do povo na filosofia de Maquiavel*, p. 10).

⁶⁹ MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, IX, p. 45.

contrários.

Assim, poderíamos afirmar, a princípio, que devido à concepção de povo ser sempre definida por Maquiavel numa relação com a noção de grandes, ilustrada por uma incompatibilidade de dois desejos ou humores, tal concepção maquiaveliana de povo não seria, então, definida em termos sociológicos, mas políticos, ou melhor, no âmbito de um *conflito político* gerado pelo confronto desses dois desejos antagônicos na vida pública de uma cidade. Desse modo, poderíamos indagar: Quem seria “o povo” sob o prisma do conflito em Maquiavel? Ou seja, se todo cidadão que não deseja ser comandado ou oprimido poderia ser definido enquanto povo, como poderia ser pensada a sua participação política? Essas questões nortearão a análise do presente capítulo a partir dos *Discursos*, mas também por meio de textos de comentadores (principalmente nacionais) que abordam a teoria dos humores ou do conflito no pensamento Maquiavel. Em outros termos, nas linhas que seguem investigaremos a concepção de povo em Maquiavel sob a ótica do conflito, horizonte temático que tem sido largamente discutido, principalmente nos últimos anos no Brasil.

1. SOBRE A DIVISÃO CIVIL E SUAS INTERPRETAÇÕES: A CONTRIBUIÇÃO DE SÉRGIO CARDOSO

Em 2015 o professor Sérgio Cardoso publicou um artigo na *Revista Discurso* sob o título *Em direção ao núcleo da obra ‘Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações*. O objetivo principal do texto, de acordo com o autor, era apresentar a construção contemporânea da interpretação do Maquiavel republicano partindo de três clássicas leituras do pensamento do florentino, a de Claude Lefort, a de John Pocock e a de Quentin Skinner. Tal construção contemporânea, na leitura de Cardoso, se desdobra em duas matrizes interpretativas do pensamento político de Maquiavel: a matriz skinneriana e a

matriz lefortiana⁷⁰. Todavia, o aspecto que mais nos interessa refere-se à interpretação que Cardoso empreende sobre textos⁷¹ de dois comentadores brasileiros, José Ames e Helton Adverse. O propósito de nossa análise neste tópico pode ser dividido em dois momentos: a) a leitura de Cardoso sobre a interpretação de Adverse e Ames acerca do humor popular; e b) a posição de Cardoso sobre tal discussão acerca de quem seria o povo na teoria do conflito em Maquiavel.

Para Cardoso, Ames não compreende a oposição entre grandes e povo enquanto duas partes fundamentais da cidade determinadas em si mesmas, mas enquanto partidos constituídos de humores antagônicos, instantaneamente mergulhados na dinâmica de um confronto político. De acordo com essa consideração de Cardoso, para Ames a relação entre esses dois humores contrários é propriamente política, pois este considera que “ao desejo desmesurado dos grandes pela apropriação/dominação absoluta, opõe-se um desejo não menos desmesurado e absoluto do povo de não sê-lo, de não ser dominado nem dominar”⁷². A partir desta passagem, Cardoso propõe analisar como Ames entende a dinâmica da desmesura do desejo dos grandes e do povo,

⁷⁰ De acordo com o comentador, a matriz lefortiana enfatiza a grande ruptura de Maquiavel com a filosofia política clássica, principalmente no que concerne à severa crítica do florentino à “ideologia florentina”, e propõe uma reflexão sobre a contribuição do pensamento político maquiaveliano acerca da lógica das sociedades históricas e a natureza das instituições democráticas. Já a matriz skinneriana, inaugurada por Skinner e Pocock, restitui o pensamento de Maquiavel ao seu contexto intelectual e à sua conjuntura histórico-política, mas o considera como um “elo central da tradição republicana e, mais genericamente, do pensamento político que chegam até nós”, ou seja, toma-o em termos continuístas em relação à tradição. A matriz skinneriana, mesmo que reconheça a importância da obra republicana de Maquiavel para o pensamento político moderno, tenderia a se preocupar em indicar a sua consonância com o chamado “republicanismo clássico”, modelo antigo de republicanismo. Por sua vez, a matriz lefortiana indica rompimentos em relação a esta tradição na medida em que, por exemplo, enfatiza o caráter conflitivo da vida cívica, valoriza a teoria maquiaveliana dos humores, elementos perturbadores da ordem política e reveladores da natureza agônica da vida civil (cf. Adverse, *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, p. 33-34).

⁷¹ Referimo-nos ao artigo de Adverse intitulado *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, publicado na Revista Transformação em 2007, e ao artigo de Ames, *Liberdade e conflito – o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*, publicado na Revista Kriterion em 2009.

⁷² AMES, J. *Liberdade e conflito*, p. 184.

caso cada um desses desejos viessem a ser satisfeitos de maneira absoluta num enfrentamento político. Assim, o desejo dos grandes, caracterizado como aspiração de poder e riqueza, ao se expressar de forma absoluta, buscaria tudo possuir e a todos dominar, logo, apontaria para uma tirania. Por sua vez, o desejo do povo, também expresso de maneira completa, não aceitaria nenhum de tipo de dominação, ou seja, se manifestaria enquanto aversão a qualquer comando. Com base nesta análise de Ames, Cardoso alerta:

o humor popular revelar-se-ia simétrico ao desejo absoluto de poder dos grandes e apontaria, portanto, para uma supressão do oponente; visaria à eliminação dos grandes, vocacionados para o domínio. Da mesma maneira, também simetricamente, os grandes visariam à anulação da pulsão desejante do povo, de modo a concentrar a agência da cidade em suas mãos, sob seu domínio⁷³.

Diante desse dilema entre tirania e anarquia, uma cidade só alcançaria uma vida política propriamente livre na medida em que no confronto entre grandes e povo houvesse sempre um movimento (de um dos desejos) que impedisse a efetivação do desejo oposto de “impor-se e de governar sozinho”⁷⁴, isto é, que, ao se confrontarem, estes dois desejos não se anulassem, mas mantivessem sua rivalidade ativa, pois do contrário provocariam a dissolução da vida política da cidade. Desse modo, Cardoso afirma que na interpretação de Ames “a tensão e os conflitos entre esses dois polos das relações políticas surgem como benéficos, e necessários, para conservação da vida coletiva”⁷⁵. Porém, se admitirmos que os humores do povo e dos grandes são contrários e simétricos (conforme se refere Cardoso sobre a interpretação de Ames), deparar-nos-íamos com uma aporia em relação à vida política de uma cidade: se a satisfação do desejo de dominação dos grandes consiste, conseqüentemente, na destruição do desejo de liberdade do povo, logo, tais

⁷³ CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, p. 11.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Ibidem*.

desejos jamais poderiam ser saciados conjuntamente. Ora, pensar que tanto os grandes quanto o povo estão empenhados numa luta política que visa à anulação ou à destruição de uma destas partes, é, em certa medida, admitir a impossibilidade de uma vida política livre em qualquer cidade.

Nesse sentido, Cardoso afirma que Ames compreende as instituições políticas de um regime republicano “como aparatos do poder e da força dos grandes”⁷⁶ e que tais aparatos seriam necessários para “barrar a tendência anárquica da plebe de viver sem comando”⁷⁷. A partir dessas afirmações de Cardoso, o desejo do povo para Ames seria uma ameaça à vida republicana de uma cidade, e, portanto, o papel dos grandes seria usar o poder e a força por meio das instituições políticas como resistência ao humor popular, que, devido à sua absoluta aversão a qualquer tipo de comando, promoveria a dissolução da cidade, caso fosse satisfeito em sua plenitude. Aqui poderíamos ressaltar que, sob esse viés interpretativo de Ames, o humor popular precisaria ser combatido e reprimido pelo dos grandes. Assim, assevera Cardoso:

O potencial dissolvente da pulsão popular como que incita (e mesmo legítima) o poder dos grandes em seu exercício opositivo e repressivo, em benefício de alguma ordem. Não se pode, assim, prescindir do poder dos grandes, movido pela pulsão para a riqueza e o comando⁷⁸.

Com base nestas afirmações de Cardoso sobre a interpretação de Ames, poderíamos questionar se, uma vez que o humor do povo por liberdade devesse encontrar resistência no desejo de dominação dos grandes, seria, então, um regime republicano apenas o governo destes últimos. Se lembrarmos da passagem dos *Discursos* sobre a questão dos humores, Maquiavel é bastante persuasivo ao afirmar que “em todas as repúblicas há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da

⁷⁶ Idem, p. 12.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

liberdade nascem da desunião deles”⁷⁹. Mas se é da desunião destes dois humores que nascem as leis de uma república, não haveria também uma atividade política do povo na produção de tais leis? Nesse sentido, Cardoso é categórico sobre a “conclusão perturbadora” de Ames quanto ao poder dos grandes:

Aqui o poder se manifesta sempre como força; requer apenas ser limitado por seu opositor, inerentemente inapto para o governo. E o desejo de comando e a opressão (de alguns poucos) revela-se, afinal, mais benéfico à cidade que a aspiração (do grande número) pela liberdade⁸⁰.

De acordo com as considerações de Cardoso, podemos compreender que na interpretação de Ames a pulsão dos grandes teria um papel político proeminente na república em relação ao desejo popular. Nesta direção, compreendemos que Cardoso inclui Ames numa corrente interpretativa que defende um republicanismo aristocrático em Maquiavel, o que se pode ilustrar a partir do paradigma espartano. Na república de Esparta, segundo Maquiavel, a guarda da liberdade foi colocada nas mãos dos grandes, que satisfaziam sua ambição (poder e riqueza) em virtude de terem eles mais participação no governo da república. Desse modo, os grandes não possibilitavam espaço de participação política à plebe - caracterizada aqui por seus ânimos inquietos e por sua tendência anárquica - a fim de impedir que ela se rebelasse contra a nobreza por meio de tumultos e dissensões⁸¹. Cardoso finaliza sua análise indicando claramente a proximidade da interpretação de Ames com a leitura skinneriana, segundo a qual “o princípio da ordem está, aqui, do lado dos grandes; são eles os verdadeiros guardiões da Liberdade, da produção e conservação da vida civil”⁸².

⁷⁹ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, Cap. 4, p. 22.

⁸⁰ CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, p. 12.

⁸¹ Cf. MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, Cap. 5, p. 24-5.

⁸² CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, p. 13.

A nossa compreensão deste mesmo texto é a de que Ames alerta que é a possibilidade de radicalização de cada desejo o que mantém o conflito sempre ativo no republicanismo maquiaveliano. Isto porque não haveria, segundo Ames, uma solução institucional definitiva capaz de regular tais desejos opostos sem que uma parte não exercesse domínio sobre a outra. Nesse sentido, a manutenção do conflito é, em certa medida, a única garantia de que o povo não satisfaça seu desejo pleno de liberdade, e de que os grandes, por seu turno, não satisfaçam plenamente seu desejo de dominação. A centralidade do conflito no pensamento político de Maquiavel só seria tida como benéfica para a vida política de uma república caso os desejos fossem regulados por um duplo movimento, ou, nas palavras de Ames, constituíssem uma “resistência recíproca”. Assim, por meio de seu desejo de liberdade, o povo se movimentaria em direção a limitar o desejo de total dominação dos grandes e estes, por sua vez, agiriam para barrar o desejo de total liberdade do povo. Na interpretação de Ames, tanto os grandes quanto o povo exerceriam, então, atividades políticas para impedir a realização plena de cada desejo. O conflito faria com que o povo agisse para limitar os grandes, e estes para limitar o povo, sempre entre as fronteiras da não-dominação e da dominação.

Para corroborar nossa leitura, podemos citar um outro texto de Ames, intitulado *Teoria conflitual da política em Maquiavel: alternativa ao paradoxo moderno da relação entre poder constituinte e poder constituído?* Neste artigo Ames apresenta outras nuances de sua interpretação sobre a dinâmica dos humores:

[...] é um enfrentamento de duas forças sociais fundado em dois projetos políticos opostos os quais cindem a Cidade de modo radical. O que torna assimétrica esta relação é a diferença de posição dos atores em confronto, ou seja, de “comandar” da parte dos grandes e de “não ser comandado” da parte do povo. Assim, a acumulação de meios de opressão para serem exercidos sobre o povo por parte dos grandes (meios que vão desde a *roba*, às variadas formas de influência e ao exercício da

magistratura) encontra no povo uma busca correspondente (mas não necessariamente equivalente) de meios de resistência no sentido de impedir a opressão. O resultado deste confronto é produção de *leggi et ordini* capazes de limitar a desmesura dos grandes e viabilizar um *vivere libero político*⁸³.

Com esta formulação, compreendemos que o povo sob o prisma do conflito é, na interpretação de Ames, portador de um desejo que desempenha na dinâmica do enfrentamento político uma resistência ativa, que é negativo por definição (não dominação), pois se encontra sempre em oposição ao desejo positivo dos grandes (de dominação). Por este viés interpretativo, as leis e as instituições republicanas seriam produtos de um confronto dinâmico entre a opressão imposta ao povo pelos grandes e a resistência do povo para impedi-la. Em outras palavras, compreendemos que, para Ames, as leis e as instituições republicanas são o resultado do confronto entre o humor do povo e o dos grandes, e não da ação direta de um dos humores. Mais do que isso, no que diz respeito à atuação do humor popular, o povo seria sempre exterior ao exercício do instituído, ou seja, a sua atividade enquanto resistência ativa sempre ocorreria externamente às instituições⁸⁴.

Da leitura que Cardoso⁸⁵ faz da interpretação de Adverse interessa-nos a hipótese de que o desejo popular em Maquiavel não pode ser tomado apenas negativamente, dado que envolve um princípio de ação. Para defender isso, Adverse naturalmente objetará as leituras de intérpretes⁸⁶ que, segundo ele, promovem um esvaziamento do desejo do povo em relação a seu conteúdo político. O movimento a ser empreendido seria o oposto: sobretudo o reconhecimento do papel político dos tumultos populares (como aqueles que propiciaram os Tribunos romanos) e também a atribuição ao povo da guarda da

⁸³ AMES, J. *Teoria conflitual da política de Maquiavel*, p. 5.

⁸⁴ Cf. Idem, p. 8.

⁸⁵ CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, pp. 17-21.

⁸⁶ O comentador menciona as leituras de Gérald Sfez, de Harvey Mansfield e até mesmo de Michel Foucault.

liberdade exigiriam, para Adverse, um esforço que inferisse uma positivação do desejo do povo⁸⁷, inclusive em termos de sua inclusão no campo das instituições. Considerando que o desejo de dominação dos grandes implica necessariamente o polo da não-dominação, uma vez que se há dominação, não há liberdade, teríamos que admitir um desejo ativo do povo - em vista da liberdade - como decorrência do desejo de dominação. Mas um tal desejo ativo, segundo o comentador, não se restringiria a uma simples resistência ao poder dos grandes, o que continuaria não produzindo positivação em termos de produção de leis e instituições de liberdade. O desafio será, então, responder como seria possível conceber e reconhecer positivação no referido desejo.

A resposta de Adverse é articulada no horizonte da demanda popular por participação - institucional - no governo mediante a consideração e o cotejo de variadas passagens em que Maquiavel deixa exposta tal demanda de forma mais ou menos evidente, a exemplo da própria criação dos tribunos (em *Discursos* I, 4) e da observação de que no seio dos povos livres a *virtù* qualifica para as magistraturas (*Discursos* II, 2). Para o caso desta última observação do secretário florentino, a análise do comentador é a de que o todo do argumento do capítulo não significaria outra coisa senão uma garantia da participação na vida pública como bem com o qual não se pode transigir⁸⁸. Assim, ser guardião da liberdade implicaria o direito de exercer o poder, por via representativa ou por via direta, direito cujo reconhecimento satisfaria no âmbito institucional o desejo de participação na vida pública⁸⁹. Recusar a condição de dominado acarretaria de alguma forma a participação no governo e a partilha das magistraturas, único meio efetivo pelo qual o desejo do povo chegaria a refrear o dos grandes.

O que nos é mais significativo, no entanto, é a observação de Adverse quanto a uma possível derrapagem desse desejo popular de participação na

⁸⁷ Cf. ADVERSE, H. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, pp. 37-42.

⁸⁸ Cf. Idem. p. 40.

⁸⁹ Cf. Idem, p. 41.

identificação com seu oposto em termos de ambição pelo poder, dado que o povo passaria a desejar como os grandes e assim os humores se igualariam⁹⁰. Esse risco frequente leva o autor a diferenciar uma boa de uma má *positivação do negativo*, ou seja, determinações que trariam ou efeitos benéficos ou efeitos degradantes para a cidade. De modo muito resumido, a boa positivação seria aquela que almejasse a participação no governo com a finalidade de defender-se da opressão dos grandes, impedindo, assim, que estes governassem sozinhos, mesmo não negando ou anulando seus desejos. A má positivação seria a que transformaria a participação em ambição pelo poder, no desejo de meramente “estar só no governo”, o que, no caso das magistraturas, não se trataria mais de meio para realização do fim (a liberdade) na medida em que o exercício prolongado dos meios faria com que o povo esquecesse o fim originalmente desejado. Esta positivação seria letal porque, ao passo que o povo desejasse poder (o mesmo que os grandes), igualaria os humores, implodindo a oposição fundamental entre eles. E, nas palavras do intérprete brasileiro, o povo pode vir a desejar “não só o mesmo que os grandes, mas [...] do mesmo modo que os grandes [pois motivado por ambição], a ponto de se apagarem as distinções entre eles”⁹¹, pois então não se trataria mais de conter ou de evitar excessos do desejo de governar sozinho, mas meramente de substituir *quem* governaria “sozinho” e por ambição.

2. O DESEJO POPULAR COMO PORTADOR DE DIREITOS UNIVERSAIS

Cardoso, ao pensar a matriz lefortiana da questão do conflito em Maquiavel, destaca como um dos deslocamentos identificados por Lefort no início dos *Discursos* (um deslocamento inovador, decisivo e crucial) aquele da

⁹⁰ Cf. Idem, p. 45.

⁹¹ Ibidem.

rejeição da representação tradicional do povo enquanto determinado pelo desejo dissipativo de prazer, e, desse modo, enquanto tumultuário e anárquico, para a partir de então tomar tal povo como promotor de leis e guardião da liberdade republicana. A leitura do comentador brasileiro sobre a noção que aqui nos ocupa (leitura que, como se vê, é caudatária daquela de Lefort) dará razão a este último quanto à ideia de que, mesmo o desejo de não ser comandado e oprimido tendo se tornado, com o referido deslocamento, um impulso para a liberdade, isso não permite inferir que a potência fundadora negativa (popular) seja aspirante e apta a ocupar ela mesma o lugar do poder. Mas Cardoso pretenderá ir além desta apreensão do francês por considerá-la insuficiente, sem, no entanto, se afastar da mesma. Vejamos.

Por um lado, sob a direção lefortiana, é inegável que Maquiavel teria se desvencilhado das antigas representações referentes às “partes da cidade”, passando a tomá-las como figuras que se definem basicamente em seu enfrentamento político. Não serão mais a fortuna, os costumes ou a função que farão com que os grandes sejam grandes e o povo seja povo, mas o fato de que os primeiros desejam comandar e oprimir e os últimos desejam não ser comandados e oprimidos. O fundamental será, portanto, o “desejo” ou o apetite ou a demanda, que movem forças antagônicas e as constituem como classes políticas. O povo se fará - ou não - povo enquanto classe política na medida em que afronte - ou não - o desejo de opressão dos grandes⁹². Mas, por isso mesmo, não será lícito falar em positivação do desejo “do povo”, o que obscureceria o referido caráter essencialmente político da noção, arriscando a conotação puramente negativa de sua natureza.

Por outro lado - e aqui reside o passo além daquele ensaiado por Cardoso -, se o comentário de Lefort é de uma excepcional sensibilidade no tocante à identificação das rupturas empreendidas por Maquiavel, ainda assim se imporia

⁹² Cf. CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, p. 22.

a exigência de recolocar e aprofundar a “compreensão do estatuto e da atuação deste humor [do próprio desejo popular] que produz e sustenta a vida política”⁹³ na medida em que produz *ordini e leggi*. Em vista disso, negando a intenção de se afastar do horizonte lefortiano quanto à asserção do caráter puramente negativo do desejo do povo, Cardoso declarará que não se pode desconsiderar que nos enfrentamentos imediatos do desejo adverso o desejo popular sempre se opõe a alvos bem específicos e determinados da ambição dos grandes. Isto é, não haveria somente um desejo universal de liberdade ou de não ser oprimido, mas, nas palavras do intérprete, “lances efetivos”⁹⁴ das afirmações particulares do desejo dos grandes. Isso porque, se o povo se manifesta sempre em termos universais (“il universale”, nas palavras de Maquiavel), os grandes o fazem por interesses particulares e, assim, definem-se enquanto classe política tão somente devido à sua aversão ao povo e à repressão das leis. Nesse sentido, o desejo popular afrontaria interesses particulares dos grandes e se manifestaria em universais políticos, ou seja, em leis, o que permitirá a Cardoso marcar sua posição: “se o desejo popular é originalmente indeterminado e ‘puramente negativo’ (recusa de toda opressão), não deixa de ser politicamente produtivo e de ocupar o lugar de sujeito da produção das leis. Por sua oposição determinada à dominação sempre particular dos grandes, ele desdobra sua potência de negação na produção de direitos, de universais políticos”⁹⁵. Se reconhecêssemos, então, a pulsão negativa do humor popular não só como potência de esvaziamento do lugar do poder, mas também como princípio imediato da produção de leis, então, esse humor não seria mais nem princípio de desordem (rebeldia anárquica, tumultuária) nem apenas o motor da busca e da produção de boas ordenações, mas seria possível “ver nele o próprio ‘autor’

⁹³ Idem, p. 27.

⁹⁴ Cf. idem, p. 28.

⁹⁵ Idem, p. 29.

das leis, o sujeito da invenção histórica de direitos”⁹⁶.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE POVO NO REPUBLICANISMO DE MAQUIAVEL: A CONTRIBUIÇÃO DE AMES

Em um trabalho recente⁹⁷, Ames se propôs a investigar a possibilidade de se estabelecer uma concepção específica de povo no pensamento político de Maquiavel. Em suas primeiras considerações, o comentador explica que na tradição interpretativa da obra maquiaveliana existe um certo consenso sobre o papel que o florentino teria atribuído ao povo em sua concepção política. Em tal consenso interpretativo, “reconhece-se o povo como entidade social cujo comportamento não deve ser ignorado para que a segurança do governo e do Estado não fiquem ameaçadas de extinção”⁹⁸. Partindo desta concepção, o povo parece ser visto não como um agente político partícipe de um governo, mas como um grupo social que precisa ter suas ações controladas para que o governo e o Estado se mantenham protegidos. Esta posição, em certa medida, se por um lado não corrobora, por outro também não é contrária à ideia de que o povo, na teoria política maquiaveliana, possui um papel insignificante e passivo. Isso porque, conforme esclarece Ames, “o lugar mais comum das interpretações é a apresentação do povo como organismo composto de sujeitos passivos sem capacidade para tomar decisões políticas”⁹⁹.

Em seu percurso investigativo, Ames, num primeiro momento, passa em revista vários comentadores¹⁰⁰ que defendem uma concepção de povo em Maquiavel enquanto uma figura estática e homogênea. Num segundo momento,

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ O texto ainda não foi publicado, mas gentilmente cedido pelo comentador para auxiliar nossa pesquisa.

⁹⁸ AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*. p. 1.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ O comentador trata dos casos de Ryan Balot, Stephen Trochimchuk e Markus Fischer, mas também menciona, numa referência às pesquisas de Mauricio Suchowlanski, Leo Strauss, Harvey Mansfield, Vicki Sullivan e Paul Rahe.

o comentador destaca duas interpretações que evidenciam em que medida é um equívoco estabelecer que existe apenas uma ideia de povo no pensamento político maquiaveliano, pois, ao contrário disso, há ideias distintas de povo. Assim, Ames indica, por exemplo, que na interpretação de Mauricio Suchowlanski seria possível apreender as diferentes concepções de povo a partir de um percurso histórico da produção intelectual de Maquiavel¹⁰¹. Em outra perspectiva, Ames comenta que Stefano Visentin defende que a ideia de povo em Maquiavel se modifica “conforme as conjunturas históricas concretas nas quais o povo aparece à cena pública”¹⁰². Na nossa compreensão do texto, Ames se aproxima desta interpretação de Visentin para pensar uma concepção de povo em Maquiavel enquanto uma figura mutável e multifacetada. E é justamente por isso que a seguir buscaremos descrever brevemente a discussão travada entre esses dois comentadores em relação a esta concepção de povo que apresenta variações de acordo com a dinâmica das conjunturas históricas concretas.

Ames destaca que a interpretação de Visentin toma como pressuposto não existir na obra de Maquiavel uma fisionomia histórico-sociológica unívoca de povo. Exatamente por isso o conceito de povo no pensamento do florentino deveria ser considerado como eminentemente político. Para Visentin, num sentido mais geral o povo não é outra coisa senão um ator político, mas seria no seu ato de entrar em cena (na cena pública) que seu sentido se especificaria, pois ele emerge em cada conjuntura histórica concreta com uma “face” ou

¹⁰¹ Tratar-se-iam de três momentos ou tempos: o do *Príncipe*, em que o pensador teria atribuído ao povo um *ethos* político primitivo e passivo, em vista apenas de sua vida privada, como o desejo de se livrar da opressão econômica; o dos *Discursos*, em que a oposição entre grandes e povo reproduziria uma “divisão sociológica” familiar à república romana e que definiria a noção de povo a partir de uma ambiguidade quanto à sua capacidade para a ação política; e o dos escritos que sucedem 1520, âmbito que representaria uma viragem: de uma ideia de “povo passivo” para uma ideia de povo detentor de ambição politicamente ativa. Na esfera deste último momento, Suchowlanski aponta que Maquiavel chega a desconfiar que o povo estaria seguindo, ao menos em parte, o comportamento político dos grandes (cf. SUCHOWLANSKI, M. *Between citizen & subject: placing the people in Machiavelli's political imagination*, pp. 6-17 *apud* AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*, p. 11-14).

¹⁰² AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*. p. 11.

“figura”. Desse modo, só seria possível pensar em Maquiavel uma concepção de povo que não se fixa num único conceito, dado que sua fluidez se deve ao fato de que, conforme assevera Visentin, “o povo é o que aparece ser e age, na medida em que aparece, sob um modo determinado”¹⁰³. Nessa perspectiva, Ames faz uma caracterização das quatro distintas faces ou figuras de povo na obra de Maquiavel elaboradas por Visentin: povo como plebe, como multidão, como príncipe e como facção¹⁰⁴. Não examinaremos aqui todas estas diferentes faces de povo, mas apenas a primeira delas - a figura do povo como plebe -, dado que o povo emerge sob tal figura especialmente no âmbito do conflito originário de um ordenamento político.

A primeira questão a se ponderar diz respeito a *onde* o povo aparece como plebe em Maquiavel. Ames, dialogando com Visentin, sublinha que a figura de povo enquanto plebe é inserida por Maquiavel em sua teoria dos humores, na qual o florentino estabelece que todas as cidades são marcadas pelo confronto de duas forças sociais, sendo uma delas o povo e a outra os grandes. O povo então emerge “da condição de excluído do espaço político, invisível no jogo da repartição dos papéis institucionais, aparece como parcialidade que

¹⁰³ VISENTIN, S. *apud* AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*, p. 15.

¹⁰⁴ A figura do *povo como multidão*, na análise de Visentin considerada por Ames, aparece ao final do Livro I dos *Discursos* e poderia ser identificada como algo que está necessariamente em oposição à unidade, mas que seria sempre superior ao poder de um só. A multidão, aqui, seria sinônimo de chancela (por meio de leis e instituições públicas) da autoridade política, esta que só poderia ser exercida por um único homem caso este se submetesse ao controle dos “muitos”. Isso, porém, não acarreta em afirmar que a multidão seja dispensada da regulação pelas leis e nem que seja ela imune à possibilidade de manipulação pelas elites, o que levaria à indagação sobre a necessidade de tal multidão se exprimir mediante um chefe. A figura do *povo enquanto príncipe* remete diretamente à ideia de príncipe como representante determinado pelos desejos do povo ou pelo imaginário popular. Muito embora se possam detectar aspectos paradoxais nos meandros da obra (*O Príncipe*) quanto a esta noção de povo, seria possível afirmar que certos atributos (como assumir certas qualidades estimadas pelos súditos ou “ter um povo amigo”) representariam condições do principado que também teriam de ser reconhecidas por este, uma vez que “não há príncipe sem (seu) povo”. A face do *povo como facção*, notada sobremaneira em *História de Florença*, é definida no sentido de “povo internamente dividido” e, assim, “corrompido” não mais por se mover pelo desejo de liberdade, mas pela conquista de bens e poder. O humor (do povo) que outrora o definia se converteria em sectarismos, principalmente na medida em que instituições políticas não conseguissem evitar a força das ambições (cf. VISENTIN, S. *The different faces of the people: on Machiavelli's political topography*, pp. 376-385 *apud* AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*, p. 16-18).

destrói a pretensão dos grandes de valer como totalidade”¹⁰⁵. Com isso, compreendemos que na análise de Ames o povo, para Visentin, se torna um ator político mediante a face da plebe quando esta se subleva contra a nobreza e reivindica ser reconhecida enquanto uma parte da cidade e, no ato de desempenhar o papel de uma parte, acaba por proteger a liberdade de todos. Ou seja, o povo, nesta concepção - enquanto plebe - é um ator político na medida em que a sua luta política por liberdade origina-se de seu desejo de não ser dominado pelos grandes. Por isso o povo não visa ocupar o lugar da dominação, mas a regulação dos conflitos sociais a partir da produção de leis e ordenações, a exemplo da criação dos Tribunos em Roma, cidade paradigma do republicanismo de Maquiavel. Em suma, nesta concepção (povo enquanto plebe) o povo desponta como ator político “ao promover o surgimento de leis e instituições em sua luta contra a dominação dos grandes”¹⁰⁶. Isso porque ele passaria “de um lugar que, de externo ao espaço político, se faz interno ao mesmo”¹⁰⁷, pressionando, assim, todos os atores (grandes e povo) a remodelarem sua ação política.

Deste diálogo com Visentin, Ames parece estar inclinado a admitir que a ideia de povo em Maquiavel só poderia ser definida por meio de um “conceito polimórfico”, na medida em que ele, a cada vez que surge na cena pública, se apresenta de determinada maneira, de acordo com as conjunturas e circunstâncias históricas concretas. Deste modo, afirma Ames,

em Maquiavel teríamos múltiplos “apareceres” [do povo] impossíveis de serem reduzidos a uma unidade conceitual. Isso implica admitir que não existe *uma* acepção definida de povo possível de ser isolada em cada obra concretamente (e, muito menos, uma única acepção de povo no conjunto de sua obra), mas sim que nas diferentes obras podem ser visualizadas diferentes acepções segundo as circunstâncias concretas nas

¹⁰⁵ AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*, p. 15.

¹⁰⁶ Idem, p. 16.

¹⁰⁷ Ibidem.

quais este emerge¹⁰⁸.

Em outras palavras, o comentador brasileiro segue a interpretação de Visentin, segundo o qual ser povo significa, num sentido mais geral, atuar politicamente, ser um ator político, e, mediante tal atuação, a depender das circunstâncias históricas concretas, apresentar-se sob diversas faces, que podem ser aquelas quatro sugeridas por Visentin (plebe, multidão, príncipe e facção) ou até mesmo outras. Ao compreender que o povo possui uma “natureza polimórfica”, um “caráter fluido e magmático”¹⁰⁹, Ames recusa aquela visão passiva do povo, lugar comum nas interpretações de Maquiavel, preferindo considerar - pautado na análise de Visentin - que o povo desempenha um papel ativo no pensamento político maquiaveliano em todas as suas possíveis faces, seja num principado ou numa república. Sob uma república, rol que mais nos interessa aqui, o papel ativo do povo expresso em sua resistência à pretensão de domínio dos grandes, faz com que leis e ordenações sejam produzidas. Dito de outro modo, tanto para Ames quanto para Visentin, Maquiavel constata que “a lei que governa não se impõe externamente ao comportamento do povo, mas ela é o resultado da ação de resistência que este oferece à opressão dos grandes”¹¹⁰.

4. O POVO: PASSIVO OU ATIVO?

No início deste capítulo propusemos investigar quem seria o povo sob o prisma do conflito em Maquiavel. Para tanto, empreendemos uma descrição a partir de um debate bastante especializado no qual pesquisadores brasileiros articulados com comentadores estrangeiros discutem proficuamente o tema do conflito, isto é, a oposição entre grandes e povo na “doutrina maquiaveliana dos

¹⁰⁸ Idem, p. 22.

¹⁰⁹ VISENTIN, S. *apud* AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*, p. 26.

¹¹⁰ Idem, p. 24.

humores”. A partir de tal debate, pudemos apreender que o povo sob o prisma do conflito pode ser compreendido em perspectivas diversas. De uma forma específica, aquelas perspectivas que abordamos neste capítulo¹¹¹, em nosso entendimento, não seriam totalmente excludentes, uma vez que partem de um núcleo em comum: a crença de que o povo no pensamento de Maquiavel é definido por um desejo político de não querer ser dominado. De igual modo (exceto para o caso de alguns aspectos da interpretação de Adverse), este desejo é sempre negativo, visto que nega ou recusa o desejo positivo dos grandes de dominação. No entanto, a negatividade não é sinônimo de passividade, visto que na medida em que o povo nega ou resiste à dominação dos grandes, ele o faz mediante atividades, isto é, ações políticas populares.

Na interpretação de Cardoso, por exemplo, as concepções de povo e grandes em Maquiavel “referem-se a realidades cuja existência se determina *apenas pela sua atividade*, no antagonismo fundamental pelo qual se encena a ordem política”¹¹². As posições argumentativas de Adverse não se encontram tão distantes das de Cardoso na medida em que aquele se refere ao povo como um agente político que age em função de evitar a dominação dos grandes. Para o comentador mineiro, o desejo negativo do povo não pode ser tomado como uma simples privação do desejo de dominar ou da recusa de qualquer comando, mas é possível identificar neste polo negativo do conflito um princípio de ação. Por sua vez, Ames, amparado nas análises de Visentin, acentua que determinar uma concepção de povo como atividade em Maquiavel significa “que o ‘ser’ do povo se mostra na ação”, e, portanto, “não é possível determinar algo como uma ‘ideia’ ou ‘conceito’ de povo, muito menos um ‘conteúdo’ empírico de tipo sociológico ou econômico”¹¹³. Além destas proximidades, Cardoso, Adverse e Ames, ao defenderem um papel ativo do povo, também recusam a ideia de que

¹¹¹ As perspectivas de Cardoso, Adverse e Ames.

¹¹² CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, p. 226, grifos nossos.

¹¹³ AMES, J. *Povo como ator político*, p. 10.

tal atividade ocorreria apenas de forma reativa a atividades dos grandes, o que equivaleria considerar o povo como um agente passivo no pensamento maquiaveliano.

No entanto, se parece consenso entre estes três comentadores que a noção de povo pode ser compreendida por meio da atividade que ele desempenha na cena pública, no que concerne à natureza desta tal atividade podemos evidenciar alguns distanciamentos. Segundo Adverse, quando descreve os tumultos populares em Roma, Maquiavel tem como objetivo afirmar o papel político do povo a partir daqueles acontecimentos. Isso porque foi a atividade popular nos tumultos que fez com que os grandes fossem obrigados a reconhecer a plebe como sujeito político, e “a criação dos tribunos foi a resposta institucional para atender à demanda do povo”¹¹⁴. Neste sentido, o comentador defende que por meio dos tribunos o povo participava institucionalmente da criação de leis e instituições que eram benéficas à liberdade pública. Além disso, no paradigma romano também foi atribuído ao povo a guarda da liberdade, função que era exercida com o povo inserido no campo das instituições. A partir destas evidências, diferentemente de Cardoso e de Ames, Adverse propõe que o humor popular não deveria ser compreendido apenas negativamente e, muito menos, de forma positiva idêntica ao humor dos grandes. E isso em razão de que, por um lado, “o desejo de não ser dominado pode se traduzir em uma exigência de participação política sem se igualar ao desejo de dominar, mas acionando-o mais uma vez como aquilo que limita e que é limitado por esse próprio desejo”. Por outro lado, sublinha Adverse, “quando estamos no domínio dos humores só o positivo pode contrapor ao positivo; de outro modo, haveria sobreposição de um e outro”¹¹⁵. Em resumo, a posição de Adverse sobre a atuação do povo ou do humor popular no republicanismo de Maquiavel é a de

¹¹⁴ ADVERSE, H. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, p. 40.

¹¹⁵ Idem, p. 42.

que o desejo do povo só é capaz de efetivamente refrear o dos grandes quando exerce positivamente atividades, isto é, atividades institucionais, como a do tribunato da plebe - de defender e proteger os interesses do povo diante dos possíveis e constantes excessos do senado - e a de guardião da liberdade - de exercer o poder, seja por via representativa, seja por via direta. Em outras palavras, para Adverse, o desejo do povo se traduz em reivindicação por participação na vida pública; e a satisfação desse desejo ocorre mediante o reconhecimento do direito do povo se inserir no campo institucional, na produção de leis e ordenações em favor da república¹¹⁶.

Segundo nossa leitura, Cardoso, de forma análoga a Adverse, parece estar de acordo com a ideia de que a atividade do povo numa república pretende sempre se inserir no campo institucional a fim de produzir leis e ordenações que limitem o desejo de dominação dos grandes e que regulem o conflito entre esses dois humores. Em sua argumentação, o comentador, seguindo a matriz interpretativa lefortiana, afirma que Maquiavel atribui ao humor popular a produção de todas as leis que nascem em favor da liberdade, ou da república, entendida enquanto o governo das leis. No entanto, para Cardoso, o desejo do povo não pode ser desvencilhado de seu caráter puramente negativo. Ao contrário disso, o comentador propõe que é preciso compreender que “a negação politicamente produtiva manifesta-se na forma de contradição do desejo popular relativamente à afirmação dos interesses particulares, “econômicos, dos grandes, e que ela se manifesta diretamente em ‘leis’, em universais políticos”¹¹⁷. Ou seja, o fato de o humor popular ser puramente negativo não o impediria de ser politicamente produtivo e, como assevera Cardoso, “de ocupar o lugar de sujeito da produção de leis”¹¹⁸.

Ames, em seus trabalhos mais recentes, apresenta novas contribuições

¹¹⁶ Idem, p. 41.

¹¹⁷ CARDOSO, S. *Em direção ao núcleo da obra Maquiavel*, p. 28.

¹¹⁸ Ibidem.

para o debate acerca desse tema tão discutido na pesquisa maquiaveliana. Algumas de suas posições são bastantes próximas àquelas dos comentadores acima citados. Outras ou divergem ou apresentam novas nuances sobre atividade do humor popular. Por exemplo, Ames não refuta completamente a posição de Cardoso quando este se refere ao povo enquanto “sujeito produtor de leis”, pois admite que o povo participa da produção das leis de uma república, mas tal produção não é uma atividade restrita ao humor popular, e sim o resultado de seu confronto com o humor dos grandes. Haveria, por um lado, segundo Ames, “a acumulação de meios de opressão para serem exercidos sobre o povo por parte dos grandes”, que, por outro, “encontra no povo uma busca correspondente de meios de resistência no sentido de impedir a opressão. O resultado deste confronto é a produção de *leggi et ordini* capazes de limitar a desmesura dos grandes e viabilizar um *vivere libero politico*”¹¹⁹. Com base nesta argumentação, Ames afirma que o desejo do povo se mantém sempre negativo, no sentido de definir-se por um não, isto é, por seu desejo de não ser dominado. E sua atividade pode ser caracterizada enquanto uma resistência ativa à opressão dos grandes que, por sua vez, operada na dinâmica do confronto, “produz Lei e Instituições”, mas, diferentemente do que defende Adverse, “o povo está sempre fora do exercício direto destas”¹²⁰.

De sua discussão com Visentin, Ames apresenta uma interpretação inovadora sobre a concepção de povo em Maquiavel, qual seja, a ideia de povo como um conceito polimórfico endossada no argumento de que o povo a cada vez que surge na cena pública se manifesta ou age de determinado modo de acordo com as conjunturas e circunstâncias concretas¹²¹. Seguindo esta perspectiva, Ames, em outro texto, afirma que a cada vez que o povo aparece na cena pública, apresenta uma demanda. Uma vez alcançada a demanda até

¹¹⁹ AMES, J. *Teoria conflitual da política de Maquiavel*, p. 5.

¹²⁰ Idem, p. 8.

¹²¹ Cf. AMES, J. *Concepção de povo em Maquiavel*, p. 22.

então recusada, o povo “desaparece” para reemergir novamente numa outra conjuntura histórica concreta. Em suma, a posição de Ames é a de que o povo encontra-se na esfera do “não-poder” e, assim, pode ser definido como “um ator coletivo político” cujo papel é exercido fora do ‘governo’, exteriormente às estruturas institucionais que definem o Estado”¹²².

Com base na análise que fizemos até aqui, podemos apresentar algumas ponderações. Na primeira delas, acompanhamos Cardoso quando este afirma que o elemento popular na dinâmica do conflito é quem produz leis em favor da liberdade, isto é, da república. Isso porque nos parece que tais leis são criadas para refrear o desejo de dominação dos grandes e para proteger o desejo de não-dominação do povo. Esta primeira ponderação também se aproxima, em certa medida, da posição de Adverse segundo a qual a atividade do humor popular tem sua inscrição no campo institucional. Porém, como uma segunda ponderação, não compreendemos que tal inscrição ocorra por via representativa. A ordenação dos tribunos na Roma republicana, por exemplo, poderia ser compreendida como um mecanismo institucional no qual os tribunos ocupavam o papel de intermediários entre a plebe e o senado, e não necessariamente como “representantes soberanos” do povo. De fato, eles agiam para defender os interesses da plebe, mas, em grande parte de suas decisões políticas, a plebe era ouvida ou consultada, assim como aconselhada por eles a aceitar ou não as propostas do senado. Numa terceira ponderação, acompanhamos Ames quando este se refere a uma concepção de povo em Maquiavel enquanto uma figura mutável e multifacetada (conceito polimórfico), assim como a atividade do humor popular pode ser caracterizada em termos de resistência ativa à opressão dos grandes, por meio da qual surgem *leggi et ordini*. No entanto, temos algumas ressalvas quanto ao comentador afirmar que tal resistência ativa sempre

¹²² AMES, J. *Povo como ator coletivo político*, p. 13.

acorreria externamente às instituições. Ao contrário disso, somos inclinados a pensar que se o povo, sob o prisma do conflito em Maquiavel - não sendo identificado enquanto uma categoria sociológica ou econômica, mas política -, é definido pela sua atividade na dinâmica do conflito dos humores que existem em todas as cidades; e se não cabe pensar tal atividade a partir de uma noção de representação (uma ideia moderna que não se faz presente ainda no pensamento maquiaveliano), poderíamos, então, pensar a atividade do povo em termos de *participação na vida política da cidade*.

Nesta direção, buscaremos defender (no próximo capítulo) que a atividade do povo no horizonte de seu desejo negativo de não ser dominado poderia ser entendida a partir de uma compreensão de participação popular, a qual teria como intuito fazer resistência à opressão dos grandes por meio de duas vias: a intrainstitucional enquanto participação direta na produção de leis e ordenações políticas (tribunato, consulado, assembleias) e a extrainstitucional enquanto manifestações mediante tumultos, recusa em cumprir determinadas leis, gritaria, desobediência civil, opiniões, burburinhos que ocorrem externamente às instituições, mas que, em certa medida, as pressionam a remodelarem suas ações. Em vista disso, buscaremos destacar que a participação popular extrainstitucional, quando encontra um lugar de *sfogo*, engrandece a república, mas do contrário também pode contribuir para a derrocada de governos e até mesmo para a dissolução da vida livre de uma cidade.

CAPÍTULO III

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS *DISCURSOS*

Vimos que o florentino escolheu como seu paradigma aquele de uma república que em toda a sua trajetória foi tumultuária e repleta de confusões. Maquiavel elogia os acontecimentos que sempre foram condenados por seus contemporâneos no tocante à república romana, isto é, os tumultos. Mais que isso, o pensador não só enaltece tais tumultos, como os define sob o termo de “causa primeira da liberdade de Roma”¹²³, asserção que nos leva a perguntar o que Maquiavel observou nesses tumultos para elevá-los à “causa primeira” da liberdade na república romana.

Em primeiro lugar, o pensador constata que a constituição republicana de Roma, diferentemente daquelas de repúblicas como a de Veneza e a de Esparta, teve sua origem nos tumultos. Sua ordenação não foi fruto apenas da inteligência racional de um legislador, principalmente quanto ao estabelecimento de uma parte do governo da república ao povo, a qual ocorreu mediante reivindicação deste último e não por distribuição daquele primeiro. Em outras palavras, se no modelo espartano a parte do povo foi distribuída a partir da ordenação das leis de Licurgo, em Roma ela foi reivindicada e conquistada pelo povo mediante sua *participação política* na cena pública. Em segundo lugar, compreendemos que a premissa universal maquiaveliana de que em todas as cidades existem dois humores opostos - o dos grandes, de dominação, e o do povo, de não ser dominado - é devidamente ilustrada no caso do paradigma romano na medida em que estes dois desejos, numa oposição constante, desempenham ações que inevitavelmente resultam em tumultos, isto é, num conflito constitutivo da vida política da cidade. A crucial diferença entre esses dois desejos seria a de que

¹²³ Idem, Cap. 4, p. 21.

enquanto os grandes querem dominar e oprimir o povo, este não quer ser dominado nem oprimido por aqueles.

Mas, sendo assim, que semelhança poderia haver entre um desejo positivo de dominação e um negativo de não-dominação? Ambos os desejos são ativos politicamente, isto é, a negatividade do desejo popular não é sinônimo de passividade. Não querer ser dominado significa também querer ser livre e, por conseguinte, para que o povo conquiste e defenda sua liberdade, precisa resistir e enfrentar o desejo de dominação dos grandes, reivindicando que estes últimos o reconheçam enquanto sujeito político e, por conseguinte, reivindicando *participação* na vida política da cidade. Chegamos então à questão central deste capítulo: qual seria, a partir das observações de Maquiavel sobre o modelo romano, o estatuto da participação política do povo, ou - nos termos que pretendemos considerar daqui por diante - da *participação popular* numa república?

Esta nossa questão nodal se defronta de modo inevitável com uma segunda questão pertinente: como pensar um conceito político tão carregado de contemporaneidade como o de *participação popular* a partir da obra de um pensador do Renascimento?

De antemão, avisamos o leitor que este trabalho não enseja travar discussão com teóricos clássicos ou contemporâneos da democracia em vista de desenvolver uma descrição comparativa da noção de *participação*, no amplo e multifacetado âmbito de suas teorias, com a esfera maquiaveliana aqui considerada - a partir dos *Discursos*. Dentre tantos motivos que justificariam esta recusa, o principal refere-se ao fato de o próprio Maquiavel não ter construído ou definido diretamente uma noção de *participação popular*, sendo que nem mesmo usou o termo *participação* em sua teoria republicana. No mais, como se trata de um tema amplamente debatido nos horizontes das discussões sobre democracia contemporânea, notadamente sobre democracia participativa, estamos cientes

de que, ao nos referirmos às ações políticas do povo no terreno do paradigma republicano de Maquiavel por meio do termo *participação popular*, estaríamos incorrendo no uso daquilo que Nicole Loraux chamou de “anacronismo controlado”¹²⁴.

Consideremos também que, de modo genérico, a definição do verbete *participação* possui significados bastante semelhantes em variados dicionários¹²⁵, seja nos de língua portuguesa, seja nos de línguas estrangeiras, como no inglês e no italiano. Basicamente significa “o ato ou efeito de participar”, ou “a ação de tomar parte em alguma coisa”, ou ainda a “ação ou resultado de participar em alguma coisa, tomar parte”. Por sua vez, as definições do verbete *participar* indicam diversas ações que o verbo potencializa, como “fazer saber”, “comunicar”, “informar”, “se envolver”, “estar presente num acontecimento”, “intervir”, “aderir”.

No *Dicionário de política* organizado por Norberto Bobbio¹²⁶, Giacomo Sani faz notar que a expressão *participação política* pode acomodar diferentes interpretações, uma vez que se pode participar ou tomar parte em alguma coisa de maneiras bastante diferentes, “desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque”¹²⁷. Nesta perspectiva, Sani nos apresenta três formas ou interpretações acerca da referida expressão. A primeira delas pode ser designada a partir do termo “presença”, uma forma

¹²⁴ Segundo Loraux, é necessário usar de anacronismo quando nos propomos nos dirigir a um pensamento antigo, porque o historiador ou pesquisador precisa, em certa medida, submeter seu material antigo a questões “que os antigos não se fizeram ou pelo menos não formularam ou, melhor, não delimitaram como tais” (LORAUX, N. *Elogio ao anacronismo*, p. 61). Por um lado, fazer uso de um anacronismo controlado é admitir que “nem tudo é possível absolutamente quando se aplicam ao passado questões do presente”, mas, por outro, “se pode pelo menos experimentar tudo, com a condição de estar a todo momento consciente do ângulo de ataque do objeto visado” (Idem, p. 64).

¹²⁵ No dicionário de língua portuguesa Houaiss, o termo participação é definido como “ação ou efeito de participar”. No de língua inglesa Oxford, “the action of taking part in something”. E, no de língua italiana Hoepli, “azione e risultato del partecipare a qualcosa, del prendervi parte”.

¹²⁶ Cf. BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO G. *Dicionário de política*. Trad. Carmen, C; Varriale et al. Brasília: Ed. UnB, 1998.

¹²⁷ SANI, G. Participação Política. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO G. *Dicionário de política*, p. 898.

menos intensa e mais periférica em relação à *participação política*. Esta forma de participação, segundo Sani, pode ser evidenciada “em comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas etc.”¹²⁸. A segunda forma poderia ser designada a partir do termo “ativação”, quando “o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades”¹²⁹, como manifestações, protestos, campanhas eleitorais etc. E a terceira seria designada a partir do próprio termo *participação*, tomado, então, em seu sentido estrito, que poderia ser usado para definir “situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política”¹³⁰. É a partir deste último sentido ou forma que pretendemos usar o termo *participação popular* para indicar e pensar aquelas atividades políticas do povo descritas por Maquiavel a partir do modelo romano.

1. O POVO E AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ROMANAS

No capítulo 11 dos *Discursos*, Maquiavel descreve que Numa Pompílio foi eleito pelo senado romano sucessor de Rômulo. Este último foi quem havia ordenado o senado e dois côsules anuais, as primeiras instituições romanas, ambas compostas por nobres. Porém, segundo Maquiavel, Rômulo havia deixado muitas coisas por serem ordenadas naquela cidade e, portanto, o seu sucessor tinha diante de si múltiplas incumbências. O primeiro desafio de Numa para seguir com as ordenações romanas era educar um povo “indômito” e “conduzi-lo à obediência civil”¹³¹. Para tanto, sua primeira ordenação foi a de constituir uma religião, a qual ensejou outras boas ordenações e contribuiu para que o povo observasse as leis por ele ditadas. Maquiavel observa que a

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, cap. 11, pp. 48-9.

estratégia de Numa a fim de “educar o povo” por meio da religião teve sucesso porque nesse período o povo romano era bastante rude, bruto, o que possibilitou imprimir-lhe uma nova forma, dado que os homens rudes seriam mais fáceis de serem persuadidos a aceitar uma ordenação ou opinião nova do que aqueles mais civilizados. Maquiavel cita diversos exemplos em que os governantes romanos persuadiam a plebe invocando a religião, uma vez que, aceitando a proposta, era obrigada a fazer juramentos de que cumpriria sua parte, pois eram conscientes de que seria mais fácil que o povo violasse às leis que a um juramento¹³².

Optamos por mencionar neste capítulo a instituição da religião na república romana porque este evento contribui para analisarmos a relação das instituições romanas com o povo antes dos acontecimentos que culminaram nos tumultos e, por conseguinte, na instituição dos tribunos. Neste sentido, Maquiavel afirma que Numa, por meio da religião, conduziu um povo indômito à obediência civil, “e quem examinar as *infinitas ações do povo de Roma* em conjunto e de muitos dos romanos verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis”¹³³. Ou seja, teria Numa transformado por meio da fé religiosa um povo indômito em cidadãos? Nos *Discursos*, Maquiavel considera a religião como uma instituição indispensável em Roma devido à função e à importância que ela exerceu naquela cidade em relação à vida coletiva, principalmente no sentido de instruir o povo a reconhecer e a respeitar as leis, associando-as aos mandamentos religiosos. Neste sentido, como observa Ames¹³⁴, a religião no pensamento maquiaveliano possui duas funções, quais sejam, a de coerção e a de persuasão, sendo que as duas coincidem, respectivamente, com a *virtù* do governante e a do povo. Ou seja, significa que a religião requer “do governante a capacidade de servir-se de modo sagaz da fé

¹³² Ibidem.

¹³³ Idem, cap. 10, p. 49, grifo nosso.

¹³⁴ AMES, L. J. *Uso político da religião e uso religioso da política*, p. 229.

do povo para levá-lo à obediência da lei civil”¹³⁵. Esta sagacidade, observada por Maquiavel, não implica na ideia de que a religião seja apenas um instrumento de manipulação¹³⁶, dado que ela deve ser exercida de maneira que o povo identifique nos preceitos religiosos uma força legitimadora das leis que regulam a vida coletiva. Em outras palavras, a religião contribuiu para conduzir o povo à educação civil, ou melhor, “se o povo romano se submeteu à ordem política em virtude do mandamento religioso foi porque reconheceu neste um valor”¹³⁷. Para Maquiavel, então, a fé religiosa, quando compreendida como “a vida profunda do povo expressa nos bons costumes, desenvolve a *virtù* cívica, o *ethos* favorável à liberdade”¹³⁸.

A religião, de acordo com Maquiavel, “servia para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que reis se envergonhem”¹³⁹. Tratava-se de uma religião civil que incentivava o povo a agir como bons cidadãos. Por isso o elogio do florentino à religião dos antigos, que valorizava os homens ativos na política, assim como a sua crítica ao cristianismo (do seu tempo) por este glorificar “os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos”¹⁴⁰. Se, por um lado, a religião dos romanos era usada pelos grandes como instrumento para dominar o povo, por outro, ela também o educava para uma vida política mais ativa. Com base nesta breve análise, podemos observar que a instituição religiosa ordenada por Numa, embora possa ser entendida como um instrumento mediante o qual os governantes podiam persuadir e coagir o povo a obedecer às leis, o fato de a plebe precisar ser persuadida da validade das ações políticas pode ser considerado um primeiro

¹³⁵ Idem, p. 231.

¹³⁶ “O que fez a grandeza da religiosidade romana, segundo Maquiavel, foi o fato de ela não haver se restringido ao seu valor meramente instrumental, de uso político preponderantemente a favor dos que comandam” (Ibidem).

¹³⁷ Idem, p. 231.

¹³⁸ Idem, p. 229.

¹³⁹ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, cap. 11, p. 50.

¹⁴⁰ Idem, II, cap. 2, p. 189-190.

sinal de que ele começava a ter relevância na vida política da cidade. E, se o primeiro passo dado pelos governantes em direção a integrar a plebe romana na vida política fora por meio da educação dela à obediência civil a partir da fé religiosa, então o segundo passo teria sido empreendido por iniciativa da plebe, que, sem ofender os preceitos religiosos, tumultuou a cidade e reivindicou das primeiras instituições romanas a criação de uma instituição própria, os tribunos.

1.1 A criação dos tribunos

Na *História de Roma* de Tito Lívio, principal fonte histórica de Maquiavel nos *Discursos*, podemos verificar mais detalhadamente as atividades da plebe romana nos tumultos anteriores à criação do tribunato. Como exemplo disso, Lívio relata uma revolta dos plebeus contra a prisão por dívidas, episódio em que, “indignados, [os plebeus] diziam que eram aprisionados e oprimidos em sua própria pátria e por seus concidadãos, embora combatessem no exterior pela liberdade da república”¹⁴¹. Foi então que os ânimos da plebe e dos nobres se exacerbaram, visto que estes eram os credores que submetiam os plebeus endividados à tortura e à prisão. A revolta tomou uma maior dimensão quando um ancião protagonizou uma manifestação diante do Fórum, exibindo suas cicatrizes, marcas da tortura que havia sofrido quando seu credor o enviara ao cárcere por não ter conseguido saldar dívidas. O testemunho do ancião, segundo Lívio, causou tanto impacto na plebe que em pouco tempo um grande protesto instaurou-se naquele lugar: “o tumulto já não se limitava ao Fórum, mas invadia toda a cidade”¹⁴², assim como em todos os lugares voluntários aderiam ao movimento, fato que culminou numa multidão percorrendo ruas, aos gritos, em direção ao Fórum, local da manifestação, que então já tinha se transformado em

¹⁴¹ LÍVIO, T. *História de Roma*, Livro II, p. 136.

¹⁴² Idem, p. 137.

assembleia popular. Surgiu, nesse ínterim, um outro agravante: a notícia de que o exército dos volscos se aproximava para atacar Roma. Os revoltosos, em vez de se desestabilizarem com a notícia, tomaram-na como um trunfo contra os patrícios (nobres) no sentido de persuadir uns aos outros a não se alistarem para tal batalha enquanto senadores e cônsules não apresentassem uma deliberação sobre a questão do aprisionamento por dívidas. Percebendo os perigos internos e externos, o senado se reuniu e promulgou um edito que proibia, provisoriamente, manter algemado ou preso qualquer cidadão romano por motivo de endividamento, assim como que um soldado contraísse dívidas e que seus filhos e netos fossem detidos enquanto ele estivesse combatendo em guerra. Após a divulgação do edito, os presentes na assembleia logo se alistaram e também os endividados que, em seguida, tiveram de ser liberados por seus credores.

Depois de várias batalhas bem-sucedidas, continua Lívio, a plebe retornou a Roma, confiante de que o senado e os cônsules chegariam a uma resolução definitiva para abolir a prisão por endividamento. Mas, em vez disso, preferiram não desagradar os nobres, que eram contra tal abolição. A plebe, em contrapartida, realizava reuniões clandestinas a fim de se organizar e evitar manifestações precipitadas e decisões apressadas. O senado, por sua vez, buscou dispersar tais reuniões, solicitando aos cônsules que iniciassem um recrutamento para novas batalhas militares. E, pela segunda vez, os plebeus se recusaram a participar do alistamento, agora sob a justificativa de “que ninguém mais enganaria a plebe, que não conseguiriam mais um único soldado, [...] que era preciso dar liberdade a todos os cidadãos antes de dar-lhes armas”¹⁴³. Mais uma vez houve confusões entre a plebe e o senado, mas este conseguiu eleger um ditador, ao qual a plebe deu um voto de confiança e acompanhou nas próximas batalhas. Com estas findadas, o ditador se demitiu, pois percebeu que

¹⁴³ Idem, p. 144.

os credores (usurários) continuariam oprimindo a plebe com mais endividamentos, prisões, torturas etc., e que o senado não tomaria nenhuma medida legal em favor da plebe.

Neste momento, o senado apressadamente solicitou novo recrutamento para uma nova batalha, mas, na verdade, se tratava de um pretexto para evitar que a plebe voltasse a se organizar em reuniões clandestinas. Ao perceber tal astúcia, a plebe empreendeu um movimento radical: a maioria dos plebeus abandonou a cidade, retirando-se “para o monte Sacro, a três mil passos de Roma”¹⁴⁴. A saída da plebe imobilizou a cidade, suas atividades tiveram de ser suspensas, assim como havia se tornado uma presa fácil aos inimigos que a percebessem abandonada pelos habitantes, responsáveis por sua defesa militar. Diante dessa situação extrema, o recurso do senado foi enviar à plebe Menênio de Agripa, um homem de origem plebeia, para negociar seu retorno à cidade. Com isso, conforme relata Lívio, “tratou-se, em seguida, dos meios de reconciliação e através de concessões decidiu-se que ela teria magistrados próprios, invioláveis, que se encarregariam de defendê-la contra os cônsules, sendo vedado aos patrícios o acesso a essa magistratura”¹⁴⁵.

Após a instituição do tribunato e a volta da plebe à cidade, Lívio relata algumas tentativas dos nobres de destituir este espaço institucional conquistado pela plebe na república. Num momento de escassez de alimento em Roma, chegou na cidade um grande carregamento de trigo da Sicília, o que levou o senado a reunir-se para discutir o preço pelo qual o mantimento seria vendido ao povo. Muitos nobres perceberam aí uma oportunidade de “pressionar a plebe para que o senado recuperasse os direitos que lhe foram arrebatados à força”¹⁴⁶. Uma das propostas discutidas era a de não vender o trigo à plebe caso ela não entregasse seus tribunos algemados a Cneu Márcio (Coriolano), patrício inimigo

¹⁴⁴ Idem, p. 149.

¹⁴⁵ Idem, p. 151.

¹⁴⁶ Idem, p. 153.

do poder do tribunício e autor desta proposta. Com este fato, surgiram novas dissensões entre o senado e a plebe, e a exaltação desta foi tão intensa que o tribunato não só foi mantido, como Cneu Márcio foi julgado e condenado pela plebe ao exílio.

No capítulo 3 dos *Discursos*, Maquiavel também descreve as razões pelas quais a plebe se rebelou contra o senado (e a nobreza em geral). A principal delas foi a intensa opressão do povo pelos grandes, já que devido à morte dos últimos reis de Roma, a nobreza não mais temia que o povo pudesse unir-se àqueles e, assim, permitir a volta da cidade ao regime monárquico, fato que faria com que o senado, composto pela nobreza, perdesse a proeminência que possuía naquela república. No capítulo 4, o florentino faz um balanço das ações e efeitos dos tumultos iniciados pela plebe:

porque quem examinar bem o resultado deles [dos tumultos] não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor ao bem comum, mas sim leis e ordenações benéficas à liberdade pública. E se alguém dissesse: os modos eram extraordinários, quase ferozes, ver o povo junto a gritar contra o senado, o senado contra o povo, a correr em tumultos pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma, são coisas que assustam quem as lê, e não poderia ser diferente; digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes; a cidade de Roma, por exemplo, tinha este modo: quando o povo queria obter uma lei, ou fazia uma das coisas citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo era preciso satisfazê-lo em alguma coisa. E o desejo dos povos livres raramente são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita que virão sê-lo¹⁴⁷.

A partir da descrição maquiaveliana dos tumultos populares que culminaram na criação das magistraturas do tribunato, podemos observar que a

¹⁴⁷ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, cap. 4, pp. 22-3.

plebe romana foi virtuosa¹⁴⁸, isto é, foi capaz de desempenhar ações que determinadas circunstâncias concretas exigem. Recusar-se ao alistamento para a guerra, tumultuar e abandonar a cidade foram ações que, mesmo numa situação em que a plebe sofria intensa opressão dos grandes, forçaram, ou melhor, “obrigaram a nobreza a conceder a sua parte”¹⁴⁹ no governo da cidade.

Compreendemos que a relação entre as primeiras instituições romanas e as atividades da plebe, antes da criação do tribunato, foram observadas por Maquiavel em conexão com a religião e a guerra¹⁵⁰. Como exemplo, o florentino narra um episódio em que uma multidão composta de exilados e servos ocupou o Capitólio. Em concomitância, os tribunos da plebe insistiam na aprovação de uma determinada lei que diminuiria o poder dos cônsules, contra a qual se voltavam os nobres (grandes). Estes não puderam contar com a ajuda dos tribunos para convencer a plebe a combater os revoltosos que ocupavam o templo sagrado. Para tanto, foi necessário que um reputado cônsul dialogasse diretamente com a plebe e, depois de convencê-la, exigisse que a mesma

¹⁴⁸ Nesse sentido, afirmar que o povo foi virtuoso nos tumultos populares implica em divergir da tese de Quentin Skinner, segundo a qual o povo no republicanismo de Maquiavel não seria dotado de *virtù*, mas o príncipe (monarquia) ou os governantes (república) poderiam com seus exemplos infundi-la no povo. Conforme afirma Skinner, “o principal argumento que [Maquiavel] sustenta é que, em parte, a *virtù* de um líder ilustre sempre se manifestará como um poder de imprimir a mesma qualidade vital em seus seguidores, embora estes não sejam de modo algum naturalmente dotados dela” (SKINNER, Q. *Maquiavel*, p. 93). Ora, concordamos que, segundo Maquiavel, as boas leis e a boa educação geram bons exemplos, e estes últimos também geram leis e boa educação. Porém, somos reticentes quanto à ideia de que o povo, principalmente na sua teoria republicana, não seria dotado de *virtù*, isto é, da capacidade de agir em vista do bem comum diante de certos acontecimentos. A hipótese de uma noção de participação popular em Maquiavel, a nosso ver, pressuporia que o povo fosse dotado de *virtù*. Isto é, quando defendemos que a plebe reivindicou sua parte no governo da república, isso não implicaria inferir que o senado romano concedeu tal parte para colocar a plebe na cena política, mas frisar uma luta política protagonizada por este segmento que *obrigou* o senado a conceder-lhe sua parte no governo da república. Além disso, Maquiavel relata que a república romana, em sua longa história, sempre foi tumultuada, pois os grandes, em certa medida, sempre tentaram dominar o povo, e este, resistir a tal dominação. Desse modo, contrariamente a Skinner, defendemos que o povo romano também era ator político na cena pública e, na medida em que sua participação política transitava, de acordo com as circunstâncias históricas, interna ou externamente às instituições políticas, o que denominamos participação *extrainstitucional* e *intrainstitucional*.

¹⁴⁹ MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, Cap. 2, p. 19.

¹⁵⁰ Devido à delimitação deste nosso trabalho, não pretendemos analisar questões referentes à relação entre a guerra, a religião e a política em Maquiavel em vista de pensar as características da participação religiosa e militar da plebe romana. Fabio Frosini possui alguns trabalhos que problematizam tal relação (Cf. FROSINI, F. *Guerra e política in Machiavelli*; e FROSINI, F. *Maquiavel, o revolucionário*, pp. 133-158).

jurasse acompanhá-lo em suas decisões políticas e militares. A plebe cumpriu com seu juramento, mas como o cônsul morreu pouco depois da desocupação do Capitólio, seu substituto tentou convencê-la de que o mesmo juramento feito ao cônsul anterior continuaria válido, motivo pelo qual ela deveria segui-lo também. Os tribunos, intermediários entre a plebe e o senado, não concordavam: o juramento tinha sido feito ao cônsul morto e não a ele. Mesmo assim, a plebe, em respeito ao juramento, preferiu obedecer ao novo cônsul a considerar o parecer dos tribunos. Estes perceberam o descrédito da plebe para com eles e resolveram negociar com o cônsul um acordo que beneficiaria, em certa medida, a plebe. A tal cônsul os tribunos prometeram obediência por um ano, mas sem propor a lei acima citada, desde que os cônsules, também por um ano, não levassem a plebe à guerra. E, assim, o acordo foi concluído¹⁵¹. O desfecho deste episódio contribui, por exemplo, para ilustrar o fato de que os tribunos não eram representantes soberanos da plebe, ou seja, eram eleitos por ela e participavam institucionalmente em seu nome, mas a plebe também participava direta ou indiretamente das decisões políticas interna ou externamente às instituições, inclusive contrariando decisões e pareceres.

Por este caminho, a participação popular que identificamos nos *Discursos* compreende variadas atividades da plebe romana, sendo que, em certa medida, todas elas implicam jogos, diálogos, negociações e resultados políticos. Em outras palavras, poderíamos considerar que a participação popular acontece num espaço político já institucionalizado, isto é, numa cidade onde já foram ordenadas instituições políticas, religiosas e militares. Tal participação disporia, então, de uma pretensão à inserção institucional, e uma vez que ela é inserida institucionalmente, poderíamos pensá-la como uma forma de *participação popular intrainstitucional*. Tratar-se-ia, então, de uma forma de participação que ocorreria num âmbito institucionalizado, como as atividades da plebe e dos

¹⁵¹ Cf. Idem, cap. 13, pp. 58-59.

tribunos na elaboração de leis em assembleias, enquanto atuação dos mesmos em julgamentos públicos nos tribunais de acusações públicas. Além disso, haveria uma segunda forma de participação popular que seria a raiz e o suporte da primeira, sempre de maneira externa às instituições, nos bastidores, a partir de opiniões, reivindicações, manifestações e, por fim, tumultos. Explicitaremos melhor esta segunda forma após analisarmos o surgimento de um outro expediente institucional, os decênviros.

1.2 A criação do decenvirato

Outro episódio - narrado por Lívio e Maquiavel - que produziu transformações institucionais na república romana e provocou uma segunda grande revolta da plebe foi a criação do decenvirato. Os tribunos, diante das dificuldades de aprovar certas leis em favor da plebe (os nobres eram irredutivelmente contrários a elas), propuseram a designação de uma comissão mista de patrícios e plebeus com a incumbência “de redigir leis úteis às duas ordens [nobres e a plebe] e capazes de assegurar a igualdade e a liberdade”¹⁵². Após diversas discussões e perturbações, segundo Lívio, nobres e plebeus optaram por nomear decênviros, cujas decisões seriam inapeláveis, e também suspenderam naquele ano todas as magistraturas, isto é, a dos tribunos e a dos cônsules. Foi muito discutido se os plebeus poderiam se candidatar ao decenvirato, mas ficou decidido que tais cargos seriam apenas um privilégio dos patrícios. Os primeiros aceitaram a decisão com a garantia de que a lei Icília, relativa a divisão de terras do Aventino aos plebeus, bem como as demais leis sacras, não fossem revogadas.

Assim, descreve Lívio, “no trecentésimo segundo ano da fundação de Roma, a forma de governo foi novamente mudada e o poder passou dos

¹⁵² Idem, p. 243.

cônsules aos decênviros, como outrora havia passado dos reis aos cônsules”¹⁵³. De forma resumida, a atividade dos decênviros era administrar a justiça, isto é, redigir e organizar leis. Composto por dez magistrados que se revezavam de dez em dez dias, os decênviros exerceram, por um tempo, uma justiça rápida e imparcial, tanto para os nobres quanto para os plebeus. Porém, quando pareciam ter ganhado a confiança do povo em geral, começaram a praticar arbitrariedades e a comportar-se como verdadeiros tiranos. Em consequência disso, houve uma grande revolta e, pela segunda vez, quase toda a plebe romana deixou a cidade em direção ao monte Sacro, com a principal exigência de que retornaria somente quando o poder tribunício e o direito de apelação fossem restaurados, assim como exigiam que ninguém sofresse castigos ou retaliações por ter incitado a plebe e os soldados a reconquistar a liberdade por meio da secessão. Os termos da plebe foram aceitos pelo senado e a paz interna por ora havia sido restabelecida.

O caso da criação do decenvirato, na perspectiva política de Maquiavel, demonstra uma disputa institucional entre os tribunos e os cônsules, sendo estes apoiados pelo senado que desde sempre se manifestava a favor da eliminação do tribunato. Nas palavras do florentino, “o povo e os nobres de Roma acordaram-se na constituição dos Dez, e foram eles constituídos com tanta autoridade por causa do grande desejo de cada uma das partes: um de extinguir o título consular, outra o tribunício”¹⁵⁴. Em resumo, segundo Maquiavel, a criação do decenvirato foi aceita pela plebe porque, devido a seu demasiado desejo de ser livre, buscava institucionalmente aprovar leis que diminuíssem a autoridade dos cônsules. Estes, por sua vez, pelo demasiado desejo de comandar, não só impediam que tais leis fossem aprovadas, como buscavam também frustrar todas atividades legislativas dos tribunos. Neste impasse institucional, as duas

¹⁵³ Idem, p. 244.

¹⁵⁴ Idem, Cap. 40, p. 127.

partes decidiram-se pela criação de Dez Magistrados que passariam a ser encarregados de elaborar as leis romanas, conforme explicita Maquiavel, “para que eles pudessem criar tais leis, foram eliminadas de Roma todas as outras magistraturas, em particular a dos tribunos e dos cônsules, sendo também eliminado o direito de recurso ao povo”¹⁵⁵. O fato é que, com toda essa autoridade, em pouco tempo os decênviros se tornaram tiranos e começaram a oprimir a liberdade do povo.

A plebe, desprovida de seus tribunos, constituídos, segundo Maquiavel, para “guardar a liberdade republicana”¹⁵⁶, não podia contar com magistrados para defendê-la institucionalmente da opressão dos decênviros. O senado e os nobres, por temerem a volta do tribunato, não tomavam decisões efetivas para destituir o decenvirato. Logo, foi necessário a plebe retomar suas atividades de protestos, manifestações, desobediência civil etc., do mesmo modo como havia procedido antes da criação do tribunato. Roma, então, foi invadida novamente pelos tumultos populares e, em seguida, plebeus comuns e soldados abandonaram a cidade e se retiraram para o Monte Sacro. Segundo Maquiavel, o povo ficou naquele lugar “até que os Dez depusessem a magistratura, e fossem constituídos os cônsules, e Roma fosse conduzida à forma de sua antiga

¹⁵⁵ Idem, p. 124.

¹⁵⁶ Maquiavel defende que o melhor guardião da liberdade seria o povo, desde que seu desejo de liberdade não fosse corrompido e, igual aos grandes, viesse também a desejar dominar e oprimir. No quinto capítulo dos *Discorsi*, Maquiavel não deixa de destacar o motivo pelo qual Roma teria concedido à plebe a guarda da liberdade. Conforme assevera o florentino, “direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e o dos plebeus (*ignobili*), veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados, e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem (Idem, Cap. 5, p. 24)”. Porém, os nobres não teriam concedido a guarda da liberdade ao povo romano gratuitamente, mas este, depois de promover uma variedade de tumultos, confusões e revoltas contra eles, teriam conquistado e mantido tal guarda em suas mãos na medida em participavam institucionalmente de algumas decisões políticas. “E se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores; porque além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana (Idem, cap. 4, p. 22-23) ”.

liberdade”¹⁵⁷.

A criação do decenvirato e também o caso de Coriolano, ambos descritos por Tito Lívio e analisados por Maquiavel (*Discursos*, Capítulos 7 e 40), contribuem para pensarmos uma relação entre duas formas de participação popular. No caso de Coriolano, Maquiavel relata que a nobreza permaneceu muito irritada com a plebe por considerar que esta tinha adquirido com a instituição dos tribunos excessiva autoridade na república. Naquele período Roma enfrentava uma grande escassez de alimento e o senado mandou buscar cereais na Sicília e, segundo Maquiavel, “Coriolano, inimigo da facção popular, sugeriu que chegara a hora de castigar a plebe e de privá-la da autoridade de que ela se apoderara para prejuízo da nobreza, mantendo-a com fome e não lhe dando trigo”¹⁵⁸. Em outras palavras, os nobres e o senado (também composto por nobres) viram a escassez de alimento como oportunidade de chantagear a plebe e forçá-la a desistir do tribunato. Ou seja, ameaçavam destituir o estatuto institucional de participação que a plebe havia conquistado na república. Porém, quando tal notícia chegou “aos ouvidos do povo, provocou tanta indignação contra Coriolano, que este, ao sair do senado, teria sido morto tumultuariamente, se os tribunos não o tivessem intimado a comparecer diante dos tribunais e defender sua causa”¹⁵⁹. Com este exemplo, Maquiavel nos possibilita pensar que os tumultos podem ser considerados uma forma de participação popular *extrainstitucional*. Esta forma de participação ocorreria, em “modos extraordinários”, externamente às instituições. No entanto, nesta participação *extrainstitucional*, os “modos extraordinários” não podem ser exagerados a ponto de traduzirem-se em ações radicais como assassinatos, fato que culminaria em mais violência, desordem e até mesmo conflitos armados, assim como arruinaria

¹⁵⁷ Idem, cap. 40, p. 127.

¹⁵⁸ Idem, cap. 7, pp. 33-4.

¹⁵⁹ Idem, p. 34.

totalmente a vida livre da cidade.

Nesta direção, o florentino defende a importância de espaços institucionais na república em que “a alteração dos humores que agitam [a cidade] encontre via de desafogo ordenada por leis”¹⁶⁰. Tratavam-se dos tribunais de acusação pública, nos quais a condução era confiada aos tribunos, assim como o povo também participava diretamente dos julgamentos, visto que qualquer acusado tinha o direito de apelar ao povo, o qual decidia a sentença final. Isto porque, segundo Maquiavel, “não basta acusar um poderoso diante de oito juízes numa república: é preciso que os juízes sejam muitos, porque os poucos sempre agem em favor de poucos”¹⁶¹.

Nossa incursão direta ao texto de Lívio não tem como propósito problematizar o uso que Maquiavel fez desta sua principal fonte histórica nos *Discursos*, mas corroborar a ideia de como as disputas políticas entre a plebe e os grandes se alternavam entre uma participação extrainstitucional, protagonizada pela plebe (por meio de manifestações, confusões, perturbações desobediência civil, revoltas contra os grandes) e uma intrainstitucional (por meio de assembleias, tribunais etc). Assim, pudemos verificar que os grandes monopolizavam a ocupação de todas as magistraturas da cidade e, de posse delas, usavam as instituições para satisfazer seu desejo de dominar e oprimir o povo. Por sua vez, a fim de satisfazer seu desejo de não ser dominado, o povo teria buscado por meio dos tumultos denunciar a opressão sofrida e exigir um espaço de *participação intrainstitucional*, em vista de se proteger da dominação dos grandes também pela via institucional, isto é, compartilhando com eles as magistraturas, como veio a ocorrer com a criação daquelas (magistraturas) dos tribunos.

Por meio dos exemplos (criação e destituição do decenvirato e o

¹⁶⁰ Idem, p. 33.

¹⁶¹ Idem, p. 35

julgamento de Coriolano), podemos evidenciar que o desejo do povo de ser livre (de não ser dominado) também pode levá-lo a participar da disputa política contra os grandes de forma equivocada¹⁶². Nos dois casos considerados, o povo conseguiu reparar seus erros ou excessos, mas de modos diferentes: no primeiro, recorreu a uma solução “legal”, exercendo uma participação intrainstitucional no julgamento do opressor; no segundo, recorreu aos tumultos e à desobediência civil, o que culminou na saída da plebe da cidade, isto é, formas extrainstitucionais de participação. No entanto, se o povo comete certos erros, seria porque ele precisa constantemente oferecer uma resistência ao desejo dos grandes de dominá-lo. E, como assevera Maquiavel, “é tão grande a ambição dos grandes que, se não sofrer oposição por *várias vias de vários modos* numa cidade, logo a levará à ruína”¹⁶³.

2. UM DUPLO MOVIMENTO ENTRE PARTICIPAÇÃO EXTRAINSTITUCIONAL E INTRAINSTITUCIONAL

No capítulo 6 dos *Discursos*, Maquiavel afirma que os efeitos produzidos pelas controvérsias entre a plebe e o senado prosseguiram até o tempo dos

¹⁶² A obra *Discursos* também possibilitaria pensar uma *má participação popular* que poderia ser evidenciada quando Maquiavel observa que após a plebe ter conseguido garantias institucionais contra os grandes, “ela começou a lutar por ambição e a querer dividir cargos e patrimônios com nobreza” (MAQUIAVAL, N. *Discursos*, I, cap. 37, p. 113). O florentino faz esta observação ao se referir aos constantes tumultos entre a plebe e os grandes a respeito da Lei Agrária. O florentino comenta que toda vez que a plebe denunciava o não cumprimento desta lei, especialmente por parte dos nobres, a república romana era tomada por confusões, mas foi quando os Gracos despertaram tal lei e buscaram o apoio popular para promover sua aprovação definitiva que “acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e o derramamento de sangue, fugindo a qualquer modo e costume civil” (Idem, p. 115). Assim, o acirramento do conflito entre os grandes e o povo tomou uma dimensão tão grande que instituições políticas não foram capazes de redimensioná-lo e, portanto, arruinou a liberdade romana “de tal modo que nunca mais a cidade foi livre” (ibidem). Não desenvolveremos aqui a questão da má participação popular, dado que se trata de um tema significativamente extenso, ligado a outros temas maquiavelianos, como por exemplo o da corrupção, assim como, para investigá-lo, pensamos ser imprescindível empreender uma análise de outra obra maquiaveliana, a *História de Florença*, tarefa que consideramos empreender num próximo trabalho.

¹⁶³ Idem, Cap. 37, p. 116, grifos nossos.

Gracos¹⁶⁴. Como sabemos, tais controvérsias tiveram seu início após a morte dos reis Tarquínios, protagonizadas pela plebe a partir dos primeiros tumultos contra o senado. Com isso, podemos considerar que houve em Roma um movimento constante de participação popular desde a origem da república até sua decadência. Se, por um lado, os tumultos entre a plebe e o senado abriram caminho para a república romana chegar à grandeza, consistindo na causa inicial da grandeza romana, por outro, a participação política *do povo* romano, ao provocar tais tumultos e reivindicar direitos, pode ser considerada uma das condições germinais que teriam propiciado ações políticas para que em Roma fosse ordenada uma república perfeita, capaz tanto de se expandir quanto de se conservar livre.

No capítulo 3 dos *Discursos* notamos que os tumultos entre a plebe e o senado (composto por nobres) surgiram depois da morte dos Tarquínios porque, enquanto estes ainda viviam, os nobres não maltratavam o povo por receio de que este se unisse aos antigos reis e a monarquia fosse reestabelecida, e, com isso, o poder do senado diminuísse. Porém, com a morte daqueles, os nobres teriam perdido o medo e começado a pisotear a plebe. Sem os Tarquínios que tratavam humanamente a plebe, foi necessário reivindicar uma nova ordenação que assegurasse ao povo romano sua liberdade e reorganizasse a república romana. Conforme discorre Maquiavel, “depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos”¹⁶⁵.

A partir desta perspectiva, torna-se possível compreender que os “tumultos” podem ser considerados como um tipo de participação popular *extrainstitucional*; o que permite, também, a inferência de que, uma vez que teve por efeito a criação do tribunato, esta modalidade de participação tenderia a

¹⁶⁴ Tibério e Caio Graco, tribunos da plebe, proponentes da Lei Agrária (Cf. MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, cap. 37, pp. 112-116).

¹⁶⁵ Idem, cap. 3, p. 21.

ascender ao campo institucional. Isso porque nos referimos a uma *participação extrainstitucional* caracterizada por ações populares ocorridas externamente às instituições a fim de enfrentar e resistir à dominação imposta pelos grandes. Uma vez que, depois da morte dos reis, a plebe ficou sem qualquer proteção, tendo em vista que os grandes monopolizavam as instituições romanas (senado e consulado), foi necessário ela se rebelar contra estes reivindicando um espaço institucional para exercer sua participação política, de modo que, então, podemos denominá-la *intrainstitucional*. Neste sentido, a primeira forma de participação popular teria tido não só um papel de reivindicar - mediante desobediência civil e manifestações - um espaço de participação institucionalizada, mas também de defendê-lo. Compreendemos, então, que quando a participação popular intrainstitucional não era suficiente para barrar a insolência dos grandes, ou seu estatuto encontrava-se ameaçado, era necessário intensificar a participação de maneira extrainstitucional. Portanto, se trataria de uma ideia de participação popular na qual o “extra” remete ao “intra”, assim como o “intra” ao “extra”, num duplo movimento constante desde o início até o fim da república.

John McCormick, defensor de uma interpretação considerada “populista” de Maquiavel - justamente devido à ênfase dado ao papel ativo do povo - afirma que “o povo romano de fato participou do surgimento e do desenvolvimento de um regime misto, contribuindo ativamente para eliminar a monarquia e criar o tribunato¹⁶⁶”. E que, além disso, Maquiavel teria tido preferência “por uma república mais amplamente inclusiva das massas populares, uma república que permita maior controle popular direto sobre a elaboração de políticas, o processo legislativo e a atividade dos magistrados¹⁶⁷”. No geral, o comentador propõe que a participação popular na república romana imporia um controle sobre os

¹⁶⁶ MCCORMICK, J. P. *Democracia Maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz*, p. 260.

¹⁶⁷ Idem, p. 270.

grandes, ou, como ele os denomina, as elites. Nesta perspectiva, McCormick conclui a tese de que em Maquiavel encontramos uma teoria democrática, na qual, por um lado, “o povo está confinado simplesmente, se não exclusivamente, a selecionar elites para os cargos e escolher entre suas propostas de políticas”¹⁶⁸. Por outro lado, segundo o norte-americano, o povo também é um ativo competidor na disputa por tais cargos em sua relação com as elites estabelecidas, assim como exerce uma vigilância sobre estas últimas por meio das instituições dos tribunos e de práticas como as acusações públicas e os apelos populares. Observamos que a participação popular em Maquiavel, na análise McCormick, é apresentada com ênfase em sua forma intrainstitucional, especialmente aquelas exercidas por meio da instituição dos tribunos. No entanto, a participação popular que aqui discutimos não se encontraria restrita ao âmbito institucional, mas abrangeria também as atividades constantes da plebe ocorridas de forma extrainstitucional, por meio das quais o povo romano teria conquistado e reconquistado o direito de participar do processo legislativo da cidade. Para tanto, as leis formuladas no interior das assembleias compostas por tribunos e plebeus, a nosso ver, não barravam suficientemente a dominação imposta ao povo pelos grandes. Por isso, enfatizamos que a forma com a qual o povo impunha maior resistência ao desejo dos grandes eram os tumultos, protestos, manifestações, fuga da cidade etc: uma forma de participação extrainstitucional enquanto resistência direta, que obrigava as instituições vigentes a ouvir e a acolher suas reivindicações.

Os *Discursos* de Maquiavel, especificamente o primeiro livro, possibilitam-nos, a nosso ver, pensar os movimentos e as lutas do povo romano sob a ótica de uma participação popular extrainstitucional que culmina na aquisição de seu estatuto institucional, isto é, na conquista do direito de participar do processo de legislação das leis da república, a exemplo da função dos tribunos. Nesta

¹⁶⁸ Idem, p. 291.

direção, Marie Gaille-Nikodimov afirma que a análise maquiaveliana da conquista pela plebe de uma função institucional também permite a reflexão de que, segundo Maquiavel, “as magistraturas não devem ser concebidas como posições *a priori* reservadas a um grupo da cidade, mas que elas são acessíveis a todos aqueles que as conquistam”¹⁶⁹. Gaille-Nikodimov compreende que o desejo popular de não-dominação pode ser traduzido numa república por “um desejo de participação nos dois sentidos deste termo: ter características em comum com [compartilhar], e tomar parte em”¹⁷⁰. Compreendemos que o primeiro sentido do termo participação, com base na análise da comentadora, poderia ser articulado da seguinte maneira: se, por um lado, os grandes desejam ocupar as magistraturas de maneira exclusiva, em vista de afirmar seu domínio sobre o povo; por outro, o povo deseja compartilhar tais magistraturas com eles, com o propósito de se assegurar institucionalmente de que não será dominado pelos mesmos. Quanto ao segundo sentido do termo, poderíamos identificá-lo nas atividades, as quais possibilitaram ao povo tomar parte no governo da república. Desse modo, compartilhamos da interpretação de Gaille-Nikodimov de que a obra *Discursos* nos permite pensar a participação dos cidadãos na cena pública nas suas formas institucionais, mas também nas extrainstitucionais, assim como enfatizamos que estas últimas constituiriam a forma por excelência de participação do povo¹⁷¹.

Por fim, consideramos que o republicanismo maquiaveliano sob o ponto de vista do que denominamos participação popular apresenta-se como um ordenamento fluido. A fluidez, no caso, diria respeito a um caráter provisório, sempre por se fazer, da ordem institucional republicana. É que o povo, com vistas a resistir à dominação dos grandes, precisaria sempre pressionar a ordem institucional estabelecida. E o modo como ele exerce esta pressão é,

¹⁶⁹ GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit et liberté*, p. 29.

¹⁷⁰ Idem, p. 44.

¹⁷¹ Cf. Idem, p. 181.

principalmente, externo às instituições mediante tumultos, manifestações, desobediência civil etc., com a exigência, porém, de não exceder determinados “limites” a propósito de se evitar conflitos armados, isto é, guerra civil. Nesta direção, poderíamos pensar que a participação extrainstitucional consistiria em combater *por* leis, já a intrainstitucional, *com* as leis. A primeira seria a que de fato obriga ou força as instituições a “remodelarem” ações e a concederem estatuto institucional à participação. A participação popular nos *Discursos* pode, portanto, ser entendida a partir de uma relação pendular entre *participação extrainstitucional* e *intrainstitucional*, afinal “os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos”¹⁷².

¹⁷² MAQUIAVEL, N. *Discursos*, I, 4, p. 22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso investigativo deste trabalho buscamos analisar como Maquiavel compreende a constituição dos ordenamentos políticos republicanos em sua obra *Discursos*. Com este propósito, pudemos constatar que para o florentino toda ordem política está submetida às circunstâncias históricas das quais emerge. A estratégia de recorrer a exemplos antigos e à história, ao mesmo tempo em que permite refletir sobre a vida constitucional das cidades que alcançaram glória no passado, também estabelece que, ao se usar a história para refletir sobre os problemas políticos do presente, é preciso distinguir aquilo que permanece daquilo que muda. “A história está em constante movimento e por meio dela é possível perceber que o céu, o sol, os elementos, os homens não mudam de movimento, ordem e poder, a ponto de se distinguirem do que eram antigamente”¹⁷³. Podemos, assim, retirar dos exemplos antigos ensinamentos e reflexões que podem servir de guia para a ação política num ordenamento político.

Nesta perspectiva, Maquiavel mergulha principalmente nos escritos de Tito Lívio a fim de pensar a origem dos ordenamentos políticos, especificamente aqueles de configuração republicana. A partir desta incursão histórica e da “sua longa prática e contínuas lições das coisas do mundo”¹⁷⁴, elabora seu próprio paradigma republicano respaldado no modelo romano. Este teria fornecido condições concretas para que o florentino pudesse constatar que no princípio de todo ordenamento político encontra-se um conflito que decorre do enfrentamento de dois humores diferentes na cena política. Deste modo, se a liberdade, a república enquanto um regime de leis, nasce da dinâmica de um jogo de forças, que é o motor da vida política de uma cidade, a organização (mistura) do governo

¹⁷³ Idem, Proêmio, p. 7.

¹⁷⁴ Ibidem, p.3

desta precisa ser pensada de modo diverso em relação ao que até então era pensado pela tradição republicana. A principal ruptura que Maquiavel estabelece com esta tradição pode ser evidenciada em certa medida pela sua recusa ao paradigma clássico, representado pelo modelo espartano. Neste modelo a divisão das partes do governo foi estabelecida por meio de um cálculo racional a fim de compor uma mistura da qual resultasse um maior equilíbrio possível entre as formas de governo (principado, optimates e popular). Para Maquiavel, uma vez que o conflito é inerente ao jogo político, não é possível pensar ou regular racionalmente o espaço ou o tamanho que cada parte social deve ter no governo de um ordenamento político. Ou seja, a dinâmica do conflito não se deixa apreender numa configuração planejada racionalmente. Assim, no paradigma maquiaveliano, é o próprio jogo de forças sociais que a cada circunstância histórica vai delimitando a dimensão que cada parte pode e precisa.

Buscamos argumentar que neste jogo de forças o povo é um protagonista e não um mero espectador das ações políticas ocorridas na cena pública. Em outras palavras, se o conflito, para Maquiavel, é o motor da vida política, o povo é quem lhe dá a partida. Com base no exemplo romano, o surgimento da liberdade, da vida política republicana, nasce da oposição que o povo faz aos grandes, principalmente pela iniciativa desta parte da cidade chamada povo em exigir da outra parte, os grandes, o reconhecimento de seus direitos políticos. Isso significa que sem a *participação* do povo não há vida política, ou, como buscamos defender, sem *participação popular* não há conflito e, por conseguinte, quando o jogo de forças é aniquilado, a vida política também é arruinada.

As ações do povo romano nos tumultos contra a nobreza podem ser consideradas enquanto *participação popular* na medida em que implicam uma atividade ou iniciativa, por um lado, de pressionar as instituições vigentes e, por outro, de tomar parte no governo; e a concessão desta parte pelos grandes, por

sua vez, implica o reconhecimento do povo como sujeito político, como ator político capaz de participar e influenciar nas decisões políticas. Desse modo, o povo, ao conquistar reconhecimento político, adquire também um estatuto institucional.

Na presente pesquisa pudemos analisar alguns posicionamentos que se referem à participação popular no republicanismo de Maquiavel. Por exemplo, aquele posicionamento que a toma enquanto exercício de funções públicas diretamente ou por via representativa; aquele que a toma como atividade por meio da qual o povo elabora ou inventa as leis republicanas; e, ainda, aquele que a considera como atividade de resistência ativa que ocorre apenas no espaço não instituído, externamente às instituições. Nesta direção, poderíamos também incluir o nosso posicionamento de que a participação popular, evidenciada nos *Discursos*, abarca diversas atividades do povo num ordenamento político, assim como se exprime por duas vias diferentes. A primeira seria a da *participação extrainstitucional*, quando suas atividades não possuem um estatuto institucional porque este é constantemente ameaçado. Por esta via, o povo participaria ativamente de tumultos, manifestações, desobediência civil etc., impondo uma resistência direta ao desejo de dominação dos grandes, sem a mediação das instituições, isto é, externamente a elas. A segunda seria a da *participação intrainstitucional*, quando a participação do povo adquire um estatuto institucional e ele passa a compartilhar com os grandes das magistraturas e, assim, a participar institucionalmente da elaboração de leis, de funções públicas nos tribunais e assembleias. A intensidade destas duas maneiras de participação sempre depende do jogo de forças, dado que é o conflito que, numa determinada conjuntura, demanda *participação intrainstitucional*, como no caso dos tribunos, das acusações públicas. Ou, no caso da tirania dos decênviro, demanda participação na forma de resistência direta, *participação extrainstitucional* a fim de pressionar instituições e, até

mesmo, de defender ou resgatar seu estatuto institucional. Isso porque, numa determinada conjuntura, o povo pode ser privado da primeira maneira de participação, mas da segunda somente o seria se fosse destruído ou estivesse corrompido.

A concepção de participação popular que buscamos capturar nos *Discursos*, especificamente, a *extrainstitucional*, pode ser considerada uma contribuição maquiaveliana a ser incluída no debate contemporâneo como uma nova maneira de se pensar a questão da própria *participação popular* nas democracias atuais. Por isso mesmo, estamos cientes de que esta pesquisa não termina, mas começa aqui, na medida em que, para se averiguar a contribuição maquiaveliana no mencionado horizonte, seria necessário problematizar as possíveis diferenças, os distanciamentos e as aproximações entre a noção de *participação popular* no âmbito da filosofia política contemporânea e a compreensão que dela temos a partir dos *Discursos*. Ademais, também estamos cientes de que a investigação que propusemos neste trabalho precisa ser expandida a fim de abarcar o segundo e o terceiro livros da referida obra, assim como estender-se às obras *O Príncipe* e *História de Florença*.

Nosso próximo passo, então, será alargar a compreensão sobre a participação popular no pensamento maquiaveliano para, em seguida, incorreremos de fato num “anacronismo controlado”, pois, assim, dirigiremos a este pensamento político perguntas que são nossas, do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, H. Maquiavel, a República e o desejo de liberdade. *Trans/form/ação* (UNESP). Marília, Vol. 30, nº2, 2007, pp. 33-52.

_____. A matriz Italiana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, pp. 127-174.

AMES, J. L. Liberdade e conflito – o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. *Kriterion*. Belo Horizonte, v. 1, n. 119, 2009, pp. 179-196.

_____. Lei e violência ou a legitimação política em Maquiavel. *Trans/form/ação* (UNESP). Marília, v. 34, Nº 1, 2011, pp. 21-42.

_____. Uso político da religião e uso religioso da política: uma análise a partir de duas interpretações exemplares – Marcílio e Maquiavel. *Revista Clareira*, Vol. 1, N. 2, 2014, pp. 220-239.

_____. Igualdade política: base do modelo de Estado maquiaveliano. *Síntese*. Belo Horizonte. v. 42, Nº 133, 2015, pp. 251-262.

_____. *A teoria conflitual da política de Maquiavel: alternativa ao paradoxo moderno da relação entre poder constituinte e poder constituído?* Disponível em: Filosofiaemvideo.com.br / Colóquio Claude Lefort > Acesso em: 20 Dez. 2017.

_____. *Povo como ator coletivo: considerações acerca da concepção de povo nos Discorsi de Maquiavel*. (Em preparação).

_____. *Concepção de povo em Maquiavel: uma figura estática e homogênea ou mutável e multifacetada? Uma tentativa de aproximação à ideia de povo em Maquiavel*. (Em preparação).

BERNS, T. Legge e violenza. Trad. M. Bertè e S. Caggia. In: *Rivista il Mulino: Filosofia politica*. Bologna, Vol. 1, 1º trimestre de 1996, pp. 91-103.

BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo. Loyola, 1991.

_____. *Maquiavel*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2003.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO G. *Dicionário de política*. Trad.

Carmen, C; Varriale et al. Brasília: Ed. UnB, 1998.

CARDOSO, S. Em direção ao núcleo da 'obra Maquiavel': sobre a divisão civil e suas interpretações. *Discursos*. São Paulo. v. 45, N° 2, 2015, pp. 207-247.

FROSINI, F. *Maquiavel, o revolucionário*. Trad. Ephaim F. Alves. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

_____. Guerra e politica in Machiavelli. *Tempo da Ciência*. Toledo (UNIOESTE). v. 20, N° 40, 2013, pp. 13-44.

GAILLE-NIKODIMOV, M. *Conflit civil et liberte: la politique machiavélienne entre histoire et medicine*. Paris: Honoré Champion, 2004.

LEFORT, C. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

_____. *Le travail de l'Oeuvre Machiavel*. Éditions Gallimard: Paris, 1972.

_____. Maquiavel e a verit  efetuale. In: LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. Trad. Eliana Melo de Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, pp. 141-177.

LÍVIO, T. *História de Roma*. 2  ed. Primeiro Volume. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumepe, 1995.

LORAUX, N. *Elogio ao anacronismo*. In: Adauto Novaes (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MACHIAVELLI, N. *Tutte le opere*. Mario Martelli (Org.). Firenze: Sansoni, 1971.

_____. Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio. In: *Tutte le opere*. Mario Martelli (Org.). Firenze: Sansoni, 1971.

_____. Il Principe. In: *Tutte le opere*. Mario Martelli (Org.). Firenze: Sansoni, 1971.

_____. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARTINS, J. A. *Os fundamentos da República e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-07042008-104136. Acesso em: 2017-09-27.

MCCORMICK, J. P. Democracia Maquiaveliana: controlando as elites com um

populismo feroz. Tradução Luis Felipe Miguel. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, N° 12, 2013, pp. 253-298.

_____. *Machiavellian democracy*. New York: Cambridge University Press, 2011.

PANCERA, C. G. K.; ADVERSE, H; AMES, J. L; BIGNOTTO, N; FUBINI, R.; MARTINS, J. A.; TEIXEIRA, F. C. Liberdade e igualdade no pensamento maquiaveliano. In: Helton Adverse. (Org.). *Filosofia Política no Renascimento Italiano*. São Paulo: Annablume, 2013, pp. 145-170.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavelian Moment: florentine political thought abd the atlântica republican tradition*. Princeton University Press: Princeton, 1975.

RAIMONDI, F. *Machiavelli e il problema della costituzione mista di Roma*. Bologna: Il Mulino, XIX, n. 1, aprile 2005, pp. 49-61.

SANTOS, L. M. *A virtù do povo na filosofia de Maquiavel*. Dissertação (Mestrado em Filosofia), 103 p. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SASSO, G. *Niccolò Machiavelli: la storiografia*. Bologna: Il Mulino, Vol. II, 1993.

SKINNER, Q. *Maquiavel*. Trad. Denise Bottman. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SUCHOWLANSKI, M. *Between citizen & subject: placing the people in Machiavelli's political imagination*. *Annual Meeting of the American Political Science Association*, Aug. 29-Sept. 1, 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2314496. Acesso em: 25/12/2017.

VATTER, M. *O Príncipe: uma chave de leitura*. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2017.

VISENTIN, S. The diferente faces of the people: on Machiavelli's political topography. In: Filippo Del Lucchese; Fabio Frosini; Vittorio Morfino. *The radical Machiavelli: politics, philosophy and language*. Leinden/Boston: Brill, 2015, pp. 376-385.

VIVANTI, C. *Nicolau Maquiavel: nos tempos da política*. Trad. Sérgio Maduro. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ZANCARINI, C-J. *Les humeurs du corps politique. Le peuple et la plèbe chez Machiavel*. Laboratoire Italien, 2001, pp. 25-33.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FILOSOFIA

Por decisão do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR, o aluno deverá atender as solicitações da banca, quando houver, e anexar este ao final da dissertação/tese como versão definitiva aprovada pelo orientador, que neste momento estará representando a Banca Examinadora.

Curitiba, 8 de fevereiro de 2019.

Prof. Dr. Antonio Edmilson Paschoal

Assinatura:

